DIÁRIO DE NOTÍCIAS

DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br

ANO XXXVII • Nº 7731 • SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA 28 DE SETEMBRO DE 2022

DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Estadão denuncia ‘campanha paralela’ pró-Bolsonaro paga com Caixa 2

Integrada por empresários e entidades religiosas lideradas por pastores expressivos do meio evangélico, uma articulação de apoiadores de Bolsonaro (PL) criou um fundo financeiro para custear materiais destinados à campanha de reeleição do presidente e enviá-los a milhões de eleitores de todo o País. Segundo especialistas ouvidos pelo Estadão, a ação batizada de Casa da Pátria é uma campanha paralela cujos gastos com serviços e produtos não aparecem na prestação de contas de Bolsonaro e podem configurar caixa 2. A iniciativa se apresenta como "o maior movimento civil de apoio" a Bolsonaro e foi idealizada pelo Movimento Acorda, por meio do qual militantes de direita se posicionavam contra suposto "ativismo judicial" do STF. Raimundo Barreto, um dos coordenadores do grupo se recusou a apresentar o orçamento da ação ao Estadão, mas disse que entre os apoiadores estão pessoas especializadas em gráficas e logística. Pág. 03

IPCA-15 cai 0,37% em setembro e acumulado em 12M recua para 7,96%

(Foto: EBC)

O grupo Alimentação e Bebidas deu uma contribuição negativa de 0,10 ponto porcentual para o indicador.

No maior o recuo para o mês desde 1998, quando tinha caído 0,44%, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) retrocedeu 0,37% em setembro, depois de uma queda de 0,73% em agosto, informou ontem, 27, o IBGE. Com o resultado, a inflação acumulada em 12 meses caiu de 9,60% em agosto para 7,96%, a mais baixa desde maio de 2021, quando estava em 7,27%. No ano, o IPCA-15 acumula um aumento de 4,53%. Os gastos com alimentação e bebidas passaram de uma alta de 1,12% em agosto para uma redução de 0,47% em setembro. O grupo Alimentação e Bebidas deu uma contribuição negativa de 0,10 ponto porcentual para o indicador. Devido à redução dos preços dos combustíveis, o grupo Transportes passou de uma queda de 5,24% em agosto para uma retração de 2,35% em setembro, dentro do IPCA-15. Pág. 04

Copom projeta IPCA de 5,8% neste ano e de 4,6% para 2023

A projeção do Copom para o IPCA de 2023 é de 4,6% no cenário de referência. Para 2024, a projeção está em 2,8%. Para 2022, a estimativa de IPCA do BC é de 5,8%. "O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual", repetiu a ata. Mesmo após as desonerações, a projeção segue indicando novo rompimento da meta, uma vez que supera o teto de 5,00%. Pág. 04

INCC-M sobe 0,10% em setembro e acumula alta de 10,89% em 12M

Após subir 0,33% em agosto, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) desacelerou para alta de 0,10% em setembro, segundo informou ontem, 27, a FGV. A alta acumulada em 12 meses arrefeceu de 11,40% para 10,89%. O resultado do INCC-M foi disseminado entre os componentes de Materiais, Equipamentos e Serviços (0,14% para -0,06%) e de Mão de Obra (0,54% para 0,26%). Pág. 04

Inflação pelo IPC-Fipe avança 0,09% na 3ª quadrissemana do mês

Depois do avanço de 0,10% na segunda quadrissemana deste mês, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou alta de 0,09% na terceira leitura de setembro, desacelerando apenas marginalmente, informou ontem, 27, a Fipe. Houve aceleração nas categorias Despesas Pessoais (de 1,63% para 1,65%) e Saúde (de 0,50% para 0,76%), além de deflação menor em Alimentação (de -0,95% para -0,64%). Pág. 04

Ex-assessor de Bolsonaro é proibido de divulgar fake de cunho eleitoral

O ex-assessor do presidente Bolsonaro e irmão do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub foi proibido, por decisão do desembargador José Antonio Encinas Manfré, do TRT de São Paulo, de publicar vídeo nas redes sociais em que liga o acidente com o avião da equipe Chapecoense à transporte de cocaína. O magistrado entendeu que as postagens de Weintraub tinham finalidade eleitoreira e conteúdo inverídico. Pág. 03

ECONOMIA

IPCA-15 PRÉVIA DA INFLAÇÃO OFICIAL — Setembro/22

VARIAÇÃO (%)

Set/21	Ago/22	Set/22
1,14	-0,73	-0,37

ACUMULADO

No ano	4,63%
Em 12 meses	7,96%

GRUPOS (%)

Grupo	%
Alimentação e bebidas	-0,47%
Habitação	0,47%
Artigos de residência	0,24%
Vestuário	1,66%
Transportes	-2,35%
Saúde e cuidados pessoais	0,94%
Despesas pessoais	0,83%
Educação	0,12%
Comunicação	-2,74%

FONTE IBGE — INFOGRAFFO

Orçamento secreto e fundão garantirão recorde de reeleição na Câmara

(Foto: EBC)

448 deputados tentam a reeleição.

Nas eleições deste ano, o índice de tentativa de reeleição na Câmara é recorde de 87%. De um total de 513 deputados, 448 tentam a reeleição, favorecidos pela adoção do orçamento secreto e pela aprovação com apoio geral do Congresso do fundo eleitoral bilionário. Candidatos a deputado federal que disputam a reeleição ganharam quase dez vezes mais recursos do que concorrentes que tentam ingressar na Câmara. Pág. 03

Confiança da Construção alcança maior nível desde novembro de 2012

(Foto: EBC)

O crescimento do setor vem sendo impulsionado pelo ciclo de negócios das empresas.

Atingindo o maior patamar desde novembro de 2012 (102,3 pontos), o Índice de Confiança da Construção (ICST) acelerou 3,5 pontos em setembro, para 101,7 pontos, informou ontem, 27, a FGV. Em médias móveis trimestrais, o índice subiu 1,4 ponto, fortalecendo as projeções de um crescimento vigoroso do setor neste ano, impulsionado pelo ciclo de negócios das empresas. Pág. 04

Decreto de Bolsonaro beneficia seleção de candidatos para PF e PRF

As categorias da base eleitoral do presidente Bolsonaro (PL), como a PF e PRF, são as mais beneficiadas pelo decreto publicado ontem, 2, no DOU, que altera regras relacionadas a concursos públicos. O decreto amplia o limite de candidatos aprovados em concursos públicos para essas funções. Com o anexo do novo decreto, agora será permitido convocar o triplo da quantidade de vagas. Pág. 03

Entidades do 3º Setor receberam R$ 21,2 bi do governo e prefeituras de SP

O governo do Estado de São Paulo e as prefeituras paulistas, exceto a da capital, pagaram R$ 21,28 bilhões a 12.414 entidades do Terceiro Setor - R$ 10,05 bilhões correspondem a repasses estaduais e R$ 11,23 bilhões a transferências municipais -. Segundo levantamento do TCE-SP. O setor que mais recebeu recursos foi a Saúde, com R$ R$ 17.334 214.610,72, ou 81,4% do total. Pág. 08

Campanha ‘#tiragomes’ pelo voto em Lula dispara com vídeo de Caetano

Com um vídeo de Caetano Veloso defendendo o voto útil em Lula pelos eleitores do candido Ciro Gomes, a hashtag #tiragomes chegou a ser um dos assuntos mais comentado no Twitter nos últimos dias. A mensagem ganhou tração no WhatsApp, principalmente no grupo Prerrogativas, que reúne juristas e advogados que apoiam Lula contra Bolsonaro. Pág. 08

Após vitória na Itália, apoio à Rússia é primeiro teste de coalizão de direita

Pág. 05

Venezuela e Colômbia reabrem fronteira para veículos de carga fechada há 7 anos

Pág. 05

Rússia: Putin concede cidadania russa a Edward Snowden

Pág. 05

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.212,00
IPCA (IBGE) - mês	-0,36%
IGP-M (FGV) - mês	-0,70%
IPC (FIPE) - mês	0,12%
TR pré	0,1788%
Taxa básica financeira - TBF	1,0003%
Ibovespa (pontos)	108.376
Poupança (mês)	0,64%
CDB pré 30 dias - ano	13,24%
CDB pré 90 dias - ano	13,27%
CDI acumulado - mês	0,92%
CDI anualizado	13,65%
Dólar comercial	R$ 5,3760/R$ 5,3770
Dolar turismo	R$ 5,5000/R$ 5,5910
Euro turismo	R$ 5,1560/R$ 5,1570

LEIS & PROJETOS

Projeto prevê áreas para embarque e desembarque de alunos perto de escolas

O Projeto de Lei 2296/22 determina que, nas proximidades de escolas, sejam reservadas áreas para embarque e desembarque de estudantes ou vagas exclusivas para veículos escolares.

Pela proposta em análise na Câmara dos Deputados, a reserva dessas áreas e vagas deverá ocorrer em vias públicas onde seja permitida a parada de veículo ou em estacionamentos públicos.

O órgão de trânsito com circunscrição sobre a via deverá determinar os locais que confiram mais segurança aos alunos durante o embarque e desembarque e durante o deslocamento a pé no trajeto até a escola.

Ainda segundo o texto, o órgão de trânsito poderá restringir a determinados dias e horários a reserva de áreas e vagas. O projeto inclui a medida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

"Há situações em que, embora fosse viável a demarcação de áreas seguras, por omissão do poder público, o desembarque e embarque é realizado em locais mais afastados da escola, o que exige o cruzamento de ruas e avenidas no deslocamento a pé, colocando em risco desnecessário nossas crianças e adolescentes", afirma o autor da proposta, deputado Abou Anni (União-SP).

Para ele, "é necessário e urgente, portanto, priorizar a segurança dos estudantes para que possam caminhar com segurança e comodidade no trajeto da escola até o local de embarque no veículo escolar e deste até a escola".

PL prevê prioridade em exames pelo SUS a candidatos aprovados em concurso público

O Projeto de Lei 1751/22 garante prioridade na realização de exames laboratoriais e complementares ao candidato convocado para tomar posse em concurso público. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, condiciona a prioridade à apresentação, pelo candidato, do ato de convocação que exija os exames previstos no edital.

Conforme a proposta, a prioridade concedida nessas condições não interfere na ordem de atendimento de outros pacientes já considerados prioritários por lei.

O texto do projeto também assegura ao candidato convocado o direito de realizar os exames sem passar por consultas médicas para obter requisições, salvo se o exame ou perícia assim o exigir. Havendo necessidade de consultas, o texto prevê ainda prioridade no agendamento.

"O objetivo é minimizar os entraves burocráticos vivenciados por candidatos convocados em concursos públicos que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) para a realização dos exames, uma vez que os prazos fixados pelas organizadoras dos concursos para a apresentação dos seus resultados geralmente são curtos", diz o autor, deputado Felipe Carreras (PSB-PE).

Proposta isenta de IR o Auxílio Brasil, o Auxílio Gás e auxílios a transportador autônomo e taxistas

O Projeto de Lei 2166/22 isenta do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) os valores do Auxílio Brasil, do Auxílio Gás e dos auxílios recebidos por transportadores autônomos de cargas e taxistas. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

Autor da proposta, o deputado Nereu Crispim (PSD-RS) lembra que, em junho, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 123, que permitiu ao governo federal gastar fora do teto de gastos neste ano mais R$ 41,25 bilhões para aumentar benefícios sociais, conceder ajuda financeira a caminhoneiros e taxistas, ampliar a compra de alimentos para pessoas de baixa renda e diminuir tributos do etanol.

"Ao não promover a atualização da tabela do IRPF, muitos beneficiários preencherão os requisitos para o pagamento do imposto (ganhar mais de R$ 28.559,70 no ano). Ou seja, o Estado fornece ao cidadão os benefícios sociais e, ao mesmo tempo, retira deles ao cobrar os impostos", critica o deputado.

O projeto altera a Lei 9.250/95.

Deputado propõe suspensão de processos quando houver ajuste de conduta

O Projeto de Lei 1923/22 prevê a suspensão de processos administrativos abertos contra a empresa que assinar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termo de Cessação de Conduta (TCC).

Também serão suspensas as multas e demais punições relacionadas ao acordo conciliatório. Para isso, é necessário que seja comprovado o cumprimento dos termos do acordo.

O texto que altera a Lei de Liberdade Econômica determina desconto de até 80% nas multas em casos de ajuste de conduta. Nesse caso, devem ser avaliados o grau do dano, a reincidência e a vantagem auferida pelo infrator, entre outros. O projeto também prevê desconto de até 60% nas multas decorrentes de infração à ordem econômica, caso o infrator opte por não recorrer de decisão proferida na primeira instância administrativa.

Segundo o autor da proposta, deputado Felipe Rigoni (União-ES), o objetivo é solucionar eventuais problemas com mais rapidez junto às agências reguladoras, sem necessidade de recorrer à diretoria colegiada.

"Colegiados não deveriam se prestar às matérias essencialmente particulares. Estas instâncias de deliberação, idealmente, deliberam acerca dos assuntos que afetem o setor econômico regulado respectivo de maneira difusa e ampla", defendeu Rigoni.

Projeto anula resolução que limite contribuição patronal nos planos de saúde do trabalhador

Uma proposta que suspende resolução do Ministério da Economia (Resolução CGPAR/ME nº 42/2022) a respeito da governança para empresas estatais está entre os temas com mais comentários dos cidadãos nos canais interação com a Câmara dos Deputados.

O projeto (PDL 313/22), de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), trata das regras definidas pelo governo para questões como planos de cargos e salários das empresas e contribuição das companhias com as despesas de saúde dos empregados.

Atualmente, os gastos são bancados meio a meio, entre as empresas e os trabalhadores. A resolução do ministério determina que a contribuição patronal seja limitada a 8% dos encargos totais com a folha de pagamento. Na avaliação do deputado Pompeo de Mattos, a limitação pode inviabilizar os planos de assistência à saúde de todos os trabalhadores das estatais brasileiras, inclusive aposentados e pensionistas.

O deputado ressalta que a resolução do executivo, publicada em 4 de agosto, já havia sido rejeitada pelo Congresso Nacional. Segundo o parlamentar, a insistência em fazer valer a medida configura um desrespeito com o Legislativo.

Pompeo de Mattos: Vão matar os planos de saúde e vão, assim, atingir de forma muito grave todos os trabalhadores dessas estatais. E, ainda mais agora, que nós estamos saindo de uma pandemia, onde todo o sistema de saúde foi atacado, ficou bastante desarranjado, desarrumado, com muitas ações de saúde represadas. Por exemplo, cirurgias eletivas, quanta coisa que ficou para trás por conta da pandemia. E, agora, com mais esse desmonte no plano, aí nós vamos ter o caos na questão da saúde dos trabalhadores de todas as estatais do Brasil.

Além de limitar a participação das empresas no subsídio aos planos de saúde dos trabalhadores, a resolução do Ministério da Economia proíbe as estatais de conceder empréstimo aos empregados a qualquer título e também de autorizar férias por mais de 30 dias ao ano.

O projeto que revoga a resolução do executivo sobre governança nas estatais vai ser analisado pelas comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça da Câmara, antes de ser votado pelo Plenário.

(Foto: Câmara)
O projeto (PDL 313/22) é de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).

Diminuição das contribuições para o FGTS pode ameaçar a sustentabilidade do fundo

(Foto: Câmara)
O deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), que pediu audiência pública sobre o tema na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Proposta levantada pelo governo, de diminuir a contribuição patronal para o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), pode retirar a sustentabilidade do fundo, ou seja, a capacidade de atender às necessidades do trabalhador em todos os momentos em que ele precisa sacar recursos, segundo alerta o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), que pediu audiência pública sobre o tema na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. O parlamentar relembra que o FGTS se transformou com o tempo, em uma fonte de investimentos, especialmente para a habitação popular e saneamento básico, injetando anualmente perto de R$ 200 bilhões na economia. Ele recorda ainda que o fundo foi criado no período militar em substituição à estabilidade no emprego à qual o trabalhador tinha direito após 10 anos de serviço.

Apesar de o governo negar que o estudo esteja avançando, Paulo Ramos não vê credibilidade na afirmação, porque vê na atual gestão federal um compromisso com os bancos privados e com a transferência de responsabilidades públicas para a iniciativa privada.

O deputado considera que os últimos governos vêm suprimindo direitos da classe trabalhadora, tanto na reforma trabalhista quanto na reforma da Previdência.

Projeto prevê suspensão de processos quando houver ajuste de conduta

O Projeto de Lei 1923/22 prevê a suspensão de processos administrativos abertos contra a empresa que assinar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termo de Cessação de Conduta (TCC).

Também serão suspensas as multas e demais punições relacionadas ao acordo conciliatório. Para isso, é necessário que seja comprovado o cumprimento dos termos do acordo. O texto que altera a Lei de Liberdade Econômica determina desconto de até 80% nas multas em casos de ajuste de conduta. Nesse caso, devem ser avaliados o grau do dano, a reincidência e a vantagem auferida pelo infrator, entre outros.

O projeto também prevê desconto de até 60% nas multas decorrentes de infração à ordem econômica, caso o infrator opte por não recorrer de decisão proferida na primeira instância administrativa. Segundo o autor da proposta, deputado Felipe Rigoni (União-ES), o objetivo é solucionar eventuais problemas com mais rapidez junto às agências reguladoras, sem necessidade de recorrer à diretoria colegiada. "Colegiados não deveriam se prestar às matérias essencialmente particulares. Estas instâncias de deliberação, idealmente, deliberam acerca dos assuntos que afetem o setor econômico regulado respectivo de maneira difusa e ampla", defendeu Rigoni.

Tramitação - A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Foto: Câmara)
Rigoni: intenção é solucionar problemas com mais rapidez junto às agências reguladoras.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor
Marcos Henrique
Comercial
www.diariodenoticias.com.br
site
Amaury Marques Administração
Elaine Fernandes Financeiro
Valter Lana
Editor responsável
redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail
Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br
Periodicidade: DIÁRIA
AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP
Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP
Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

TRE-SP proíbe ex-assessor de Bolsonaro de divulgar fake news sobre voo da Chape

O desembargador José Antonio Encinas Manfré, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, viu 'divulgação de fato sabidamente inverídico' e proibiu Arthur Weintraub, ex-assessor do presidente Jair Bolsonaro e irmão do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, de publicar vídeo nas redes sociais em que liga o acidente com o avião da equipe Chapecoense à transporte de cocaína.

Em liminar dada na quarta-feira, 21 o magistrado já havia determinado liminarmente a remoção do vídeo, que havia sido postado no Instagram. Agora, o desembargador, no mérito da representação apresentada pela Procuradoria Regional Eleitoral, julgou procedentes as alegações de que as postagens de Weintraub tinham finalidade eleitoreira e conteúdo inverídico. "Reconhece-se conter as supracitadas postagens veiculação de mensagens descontextualizadas a caracterizar, assim, divulgação de fato sabidamente inverídico com potencialidade para causar prejuízo, pois possível a indução do eleitorado em erro", escreveu o desembargador. Em sua defesa, Weintraub chegou a afirmar que não teria 'divulgado conteúdo sabidamente inverídico dado existirem lacunas em relação a esse fato'. Além disso, o hoje candidato a deputado federal sustentou que 'o acidente se verificara na Colômbia, país em que há reconhecidamente a prática de tráfico de entorpecentes'. Ele evocou 'liberdade de expressão'.

No entanto, ao avaliar o caso, o desembargador José Antonio Encinas Manfré ponderou que não se pode admitir que, sob a garantia da liberdade de expressão, 'se desborde para a divulgação de notícias descontextualizadas e, portanto, inverídicas com o propósito de desinformar e desequilibrar o pleito'.

(Foto: EBC)

Arthur Weintraub, ex-assessor do presidente Bolsonaro e irmão do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub.

Pastores e empresários ajudam Bolsonaro com 'campanha paralela'

(Foto: EBC)

Uma articulação de apoiadores de Bolsonaro (PL), composta por pastores e empresários, criou um fundo financeiro para custear materiais destinados à reeleição do presidente e enviá-los a milhões de eleitores de todo o País. Batizada de Casa da Pátria, a ação é uma campanha paralela. Os gastos com serviços e produtos não aparecem na prestação de contas de Bolsonaro e podem configurar caixa 2, segundo especialistas.

"É um movimento independente. Lógico que existe um custo para isso. Existem grandes empresários, líderes, que vão fazer um fundo para imprimir isso aí", disse ao Estadão Raimundo Barreto, um dos coordenadores do grupo. Barreto se recusou a apresentar o orçamento da ação, mas disse que entre os apoiadores estão pessoas especializadas em gráficas e logística. "A gente vai cumprir o que está sendo falado", declarou ele. A iniciativa se apresenta como "o maior movimento civil de apoio" a Bolsonaro. Foi idealizado pelo Movimento Acorda, por meio do qual militantes de direita se posicionavam contra o "ativismo judicial" do Supremo Tribunal Federal (STF), e conta com o apoio de entidades religiosas lideradas por pastores expressivos do meio evangélico.

A proposta do grupo é planejar, criar e distribuir bandeiras que trazem nome, número de urna, slogan de campanha e foto de Bolsonaro. O pretexto é fazer com que cada "casa patriota" se torne um "comitê de apoio ao presidente". Um site que apresenta o movimento e recolhe dados de eleitores, como número de WhatsApp e endereço, foi criado no fim de julho pela Íconi Marketing, de Pernambuco, empresa de Raimundo Barreto.

"Eles me contrataram. Contrataram, não. Foi prestação de serviço, né? Somos voluntários. Eu desenvolvi a página e toda a estratégia de marketing do Casa da Pátria", disse Barreto, que durante a pandemia de covid-19 recebeu R$ 5,3 mil em parcelas do auxílio emergencial.

Fundo eleitoral e orçamento secreto minam movimentos de renovação do Congresso

A adoção do orçamento secreto - revelado pelo Estadão -, a aprovação com apoio geral do Congresso do fundo eleitoral bilionário e o cenário de polarização têm sido desfavoráveis aos movimentos de renovação política. As emendas (impositivas, individuais e de bancadas, além das de relator) viraram cobiça e propósito dos partidos, o que dificulta o surgimento de novos quadros. A montanha de dinheiro público e a forma com que os recursos são distribuídos na eleição impedem mudanças, avaliam analistas. Organizações como RenovaBR, Agora e Livres, além da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), dizem ter dificuldades de competir com esses meios que favorecem a manutenção dos atuais integrantes no Congresso. Neste ano, o índice de tentativa de reeleição na Câmara é de 87%, um recorde. De um total de 513 deputados, 448 tentam seguir na Casa responsável pela representação do povo brasileiro.

Conforme mostrou a Coluna do Estadão, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), candidatos a deputado federal que disputam a reeleição ganharam quase dez vezes mais recursos nesta campanha do que concorrentes que tentam ingressar na Câmara. O levantamento mostra que os candidatos com mandato receberam, em média, R$ 1,8 milhão até o momento, enquanto os demais tiveram receita, em média, de R$ 195 mil.

(Foto: EBC)

Segundo o TSE, são 10.629 candidatos à Câmara em todo o País - dos quais 2.867 disputam uma vaga para deputado federal pela primeira vez, segundo dados do RenovaBR. Eduardo Mufarej, do movimento, criticou a disputa "desigual" no País. Anteontem, ele alertou sobre a importância do voto para o Legislativo.

"Está muito clara a relevância do Congresso nos próximos anos, e, para isso, realizarmos boas escolhas é fundamental. Dentro de uma escolha desigual, com orçamento secreto e fundo eleitoral, mas, ao mesmo tempo, contrapondo essa desigualdade com muita dedicação e muito empenho, conto com vocês. Realizem seu papel de cidadãos e façam boas escolhas", afirmou em vídeo nas redes sociais.

Diferença - Até agora, do fundo de R$ 4,9 bilhões, R$ 4,5 bilhões foram repassados aos candidatos, sobretudo os que já estão no poder. Dados da plataforma 72 Horas mostram que ao menos 35% dos postulantes não receberam nenhuma fatia desse valor.

Bolsonaro edita decreto sobre concursos públicos que pode beneficiar PF e PRF

A cinco dias do primeiro turno das eleições, o governo federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) de ontem (27) decreto que altera regras relacionadas a concursos públicos e que pode beneficiar diretamente as seleções de candidatos para a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), categorias da base eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (PL), que tenta a reeleição neste ano, mas segue atrás do líder Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas de intenção de votos.

"Espera-se que com a medida seja possível racionalizar o aproveitamento de candidatos em concursos públicos com curso de formação, em especial os envolvendo pessoal da Polícia Federal e Pessoal da Polícia Rodoviária Federal", diz a Secretaria-Geral da Presidência da República em texto distribuído à imprensa.

O decreto amplia o limite de candidatos aprovados em concursos públicos com duas etapas, estabelecendo que a autoridade máxima do órgão ou da entidade poderá autorizar a aplicação dos quantitativos previstos em anexo da nova regulamentação. No caso se concurso com 30 ou mais vagas, e com mais de uma etapa, o número de aprovados que poderiam ser chamados deveria ser o dobro desse quantitativo. Com o anexo do novo decreto, agora será permitido convocar o triplo da quantidade de vagas.

Em Pernambuco, Bolsonaro volta a falar em vitória no 1º turno e ataca Lula

Em comício na cidade de Petrolina (PE), a cinco dias da eleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a dizer que vai ganhar no primeiro turno, embora as pesquisas de intenção de voto não mostrem essa possibilidade, e atacou seu principal adversário na disputa, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O chefe do Executivo manteve a estratégia de enfatizar casos de corrupção nos governos petistas e reforçou a pauta de costumes que agrada ao eleitorado conservador.

"O que eu tenho a oferecer a vocês é exatamente o contrário do que o ladrão fez. Completamos três anos e meio no Brasil sem corrupção por parte do governo federal. Não ser corrupto não é virtude, é obrigação", declarou Bolsonaro, em referência a Lula, que é apontado pelos principais institutos de pesquisa como favorito na corrida pelo Palácio do Planalto. Para criticar o petista, Bolsonaro citou desvios na Petrobras e outros escândalos. "Essa é a marca do governo do PT de Lula. Nós não queremos isso para o nosso Brasil. Nós não queremos um ladrão chefiando o governo federal. Nós acreditamos no povo brasileiro, que no próximo dia 2 de outubro vai reeleger Jair Bolsonaro no primeiro turno", disse o candidato à reeleição.

"Se assim for a vontade de Deus e também o interesse de vocês, nós continuaremos no governo trazendo paz, tranquilidade e ordem e progresso para todos vocês", emendou Bolsonaro. O presidente também voltou a dizer que é contra o aborto, a legalização das drogas e o que chama de "ideologia de gênero", pautas que mobilizam sua militância.

Ipec aponta que Lula cresce sobre Bolsonaro e assume a liderança isolada no Rio

O ex-presidente e candidato petista à presidência Luiz Inácio Lula da Silva lidera as intenções de voto para presidente no Rio de Janeiro, segundo pesquisa Ipec divulgada pela TV Globo. Ele tem no Estado 42%, um ponto percentual a mais do que na pesquisa anterior, divulgada há uma semana. O atual presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) manteve 36%.

Como a amostra de eleitores é maior, a margem de erro caiu de três para dois pontos porcentuais para mais ou para menos. Na pesquisa anterior, os cinco pontos percentuais a mais para Lula representavam empate técnico. Agora, os seis pontos percentuais a favor do petista indicam liderança isolada, fora da margem de erro. A diferença entre eles pode ser de no mínimo dois e no máximo dez pontos percentuais, sempre a favor de Lula.

Em seguida, figuram Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB), empatados com 5%, como no levantamento da semana passada. Soraya Thronicke (União Brasil) e Felipe d'Avila (Novo), empatados com 1%. Antes, Soraya tinha 2% e D'Ávila registrou 0%. Constituinte Eymael (DC), Léo Péricles (UP), Sofia Manzano (PCB), Vera (PSTU) e Padre Kelmon (PTB) registraram 0%. Kelmon não figurava na pesquisa anterior. Os demais haviam registrado o mesmo patamar de 0%.

TRE-TO manda governador explicar contratações temporárias antes das eleições

O desembargador Eurípedes Lamounier, corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), deu 15 dias para o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) explicar as contratações temporárias feitas antes das eleições.

A decisão cobra a relação completa de todos os contratos provisórios formalizados de janeiro a julho e as respectivas justificativas.

"Diante da demora no fornecimento dos dados solicitados e, considerando que estas informações são imprescindíveis para o deslinde da controvérsia, é imperativo o deferimento do pedido", escreveu o corregedor.

Barbosa assumiu o governo do Tocantins em outubro do ano passado para um mandato tampão depois que o ex-governador Mauro Carlesse (PL), de quem foi vice, renunciou ao cargo pressionado por um processo de impeachment e por denúncias de corrupção.

Candidato a reeleição e líder nas pesquisas de intenção de voto, ele foi acusado pelo senador Irajá Silvestre (PSD), que também disputa o governo, de aparelhar a máquina pública. O senador entrou com uma ação no TRE pedindo a abertura de uma investigação por abuso de poder econômico e político. O argumento é que os cargos temporários estariam sendo loteados em troca de apoio político. "Ao realizar e referendar todas estas contratações temporárias nos três meses que antecederam o início do pleito, sem justificativa de excepcionalidade, urgência ou relevância pública, o representado, utilizando-se do poder político e aparato estatal da máquina pública, beneficiou-se sobremodo da conduta ilícita, ofendendo o artigo 73, V da Lei das Eleições, lançando-se na frente dos demais candidatos com inúmeras, milhares de contratações temporárias injustificadas, abalando a normalidade e a legitimidade do pleito", diz um trecho da ação.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

INCC-M desacelera a 0,10% em setembro, ante 0,33% em agosto, afirma FGV

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) arrefeceu a 0,10% em setembro, após subir 0,33% em agosto, informou ontem, 27, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, a alta acumulada em 12 meses pelo indicador desacelerou de 11,40% para 10,89%.

O alívio do INCC-M foi disseminado entre os componentes de Materiais, Equipamentos e Serviços (0,14% para -0,06%) e de Mão de Obra (0,54% para 0,26%). Nas aberturas, o índice correspondente a Materiais e Equipamentos caiu 0,14%, após subir 0,03% em agosto, puxado por materiais para estrutura (-0,08% para -0,42%). O índice de Serviços arrefeceu de 0,68% para 0,34% no período, com destaque para o recuo de refeição pronta no local de trabalho (1,54% para 0,07%).

As principais influências para baixo sobre o INCC-M de setembro foram de vergalhões e arames de aço ao carbono (-0,83% para -3,20%), tubos e conexões de PVC (-3,16% para -1,25%), argamassa (0,10% para -0,77%), tubos e conexões de ferro e aço (-2,76 para -0,56%) e impermeabilizante (0,11% para -0,85%).

Em contrapartida, ajudaram a conter a desaceleração do índice os itens massa de concreto (1,78% para 2,76%), ajudante especializado (0,62% para 0,32%), metais para instalações hidráulica (1,14% para 1,18%), além de servente (0,41% para 0,20%) e esquadrias de alumínio (0,46% para 0,74%).

Confiança da Construção sobe 3,5 pontos em setembro, a 101,7 pontos, diz FGV

O Índice de Confiança da Construção (ICST) avançou 3,5 pontos em setembro, a 101,7 pontos, o maior nível desde novembro de 2012 (102,3 pontos), informou ontem, 27, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o índice subiu 1,4 ponto.

"O resultado da sondagem de setembro fortalece as projeções de um crescimento vigoroso para a construção em 2022, impulsionado pelo ciclo de negócios das empresas", afirma a coordenadora de Projetos da Construção do Ibre/FGV, Ana Maria Castelo, em nota.

"No entanto, os desafios para a continuidade desse crescimento permanecem ante as fragilidades fiscais, que devem comprometer os investimentos públicos e a perspectiva da manutenção das taxas de juros elevadas por muito mais tempo."

Nas aberturas, o Índice de Situação Atual (ISA-CST) avançou 1,3 ponto, para 97,7 pontos, o maior nível desde janeiro de 2014 (98,3). O resultado foi puxado pela alta 1,8 ponto do indicador de situação atual dos negócios, a 98,0, enquanto o volume da carteira de contratos subiu 0,9 ponto, para 97,4. O Índice de Expectativas (IE-CST), por sua vez, subiu 5,6 pontos, para 105,7 pontos. Entre os componentes do grupo, o indicador de tendência dos negócios nos próximos seis meses teve alta de 8,8 pontos, para 106,1, e o indicador de demanda prevista nos próximos três meses avançou 2,5 pontos, para 105,3.

IPC-Fipe sobe 0,09% na 3ª quadrissemana de setembro (+0,10% na prévia anterior)

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,09% na terceira quadrissemana de setembro, desacelerando apenas marginalmente em relação ao avanço de 0,10% observado na segunda quadrissemana deste mês, de acordo com dados publicados ontem, 27, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na terceira leitura de setembro, três dos sete componentes do IPC-Fipe subiram com menos força ou ampliaram deflação: Habitação (de 0,99% na segunda quadrissemana para 0,70% na terceira quadrissemana), Transportes (de -1,77% para -1,84%) e Vestuário (de 0,54% para 0,48%). Por outro lado, no mesmo período, houve aceleração nas categorias Despesas Pessoais (de 1,63% para 1,65%) e Saúde (de 0,50% para 0,76%), além de deflação menor em Alimentação (de -0,95% para -0,64%).

No caso de Educação, os custos aumentaram 0,10% na terceira quadrissemana de setembro, repetindo a variação das duas prévias anteriores.

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na terceira quadrissemana de setembro:

- Habitação: 0,70%
- Alimentação: -0,64%
- Transportes: -1,84%
- Despesas Pessoais: 1,65%
- Saúde: 0,76%
- Vestuário: 0,48%
- Educação: 0,10%
- Índice Geral: 0,09%

Governo regulamenta consignado do Auxílio Brasil, com juros de até 3,5% ao mês

O governo federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, 27, portaria que regulamenta o empréstimo consignado para beneficiários do Programa Auxílio Brasil. Vista por analistas e políticos como eleitoreira e com grande potencial de ampliação do endividamento das famílias, a modalidade de crédito estará disponível na primeira quinzena de outubro, segundo o Ministério da Cidadania, o que ocorrerá depois da conclusão do processo de elegibilidade das instituições financeiras habilitadas.

Pela portaria, os juros a serem cobrados nessas consignações não podem ultrapassar 3,5% ao mês e a quantidade de parcelas do valor contratado deve ser de máximo 24 prestações. A recém-sancionada Lei 14.431/2022 limitou o valor desses consignados em até 40% do Auxílio Brasil, mas isso do valor permanente de R$ 400 e não dos R$ 600 liberados só para este segundo semestre do ano eleitoral. Assim, o beneficiário poderá descontar até R$ 160 mensais, no prazo máximo de 24 meses.

O ato proíbe os bancos de fazer qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário a celebrar contratos de empréstimo pessoal com pagamento mediante consignação em benefício.

Os descontos em folha das parcelas de empréstimos consignados do Programa Auxílio Brasil serão feitos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania.

"É proibida a consignação das modalidades de crédito arrendamento mercantil e cartão de crédito", diz a portaria.

"O tomador deverá autorizar expressamente a instituição financeira a ter acesso às informações pessoais e bancárias necessárias à efetivação do contrato pleiteado", acrescenta.

A autorização, portanto, deverá ser realizada por escrito ou por meio eletrônico, em caráter irrevogável e irretratável, e não será aceita se dada por telefone ou ainda por meio de gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência.

IPCA-15 tem o recuo mais acentuado para setembro desde 1998

A queda de 0,37% registrada em setembro pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) foi o recuo mais acentuado para o mês desde 1998, quando tinha caído 0,44%, segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em agosto de 2022, o IPCA-15 havia recuado 0,73%.

O resultado de setembro de 2022 fez a taxa acumulada em 12 meses passar de 9,60% em agosto para 7,96%, a mais baixa desde maio de 2021, quando estava em 7,27%.

No mês de setembro de 2021, o IPCA-15 tinha subido 1,14%.

Com o dado anunciado nesta terça-feira, o IPCA-15 acumulou um aumento de 4,53% no ano, de acordo com o IBGE.

Alimentação e Bebidas - Os gastos das famílias com alimentação e bebidas passaram de uma alta de 1,12% em agosto para uma redução de 0,47% em setembro, no âmbito do IPCA-15. O grupo Alimentação e Bebidas deu uma contribuição negativa de 0,10 ponto porcentual para o indicador do IBGE.

(Foto: EBC)

Os gastos das famílias com alimentação e bebidas passaram de uma alta de 1,12% em agosto para uma redução de 0,47% em setembro.

A alimentação no domicílio caiu 0,86% em setembro. A queda foi puxada por recuos no óleo de soja (-6,50%), tomate (-8,04%) e, principalmente, leite longa vida (-12,01%). Apesar da redução em setembro, os preços do leite ainda acumulam uma alta de 58,19% no ano.

Na direção oposta, houve pressão de aumentos na cebola (11,39%), frango em pedaços (1,64%) e frutas (1,33%).

A alimentação fora do domicílio subiu 0,59% em setembro. O lanche aumentou 0,94% e a refeição fora de casa teve elevação de 0,36%.

Transportes - De acordo com o IBGE, a redução nos preços dos combustíveis fez as famílias brasileiras gastarem menos com transportes em setembro. O grupo Transportes passou de uma queda de 5,24% em agosto para um recuo de 2,35% em setembro, dentro do IPCA-15.

Projeção do IPCA para 2023 de no cenário referência é de 4,6%, diz ata do Copom

(Foto: EBC)

A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, divulgada na manhã de ontem, 27, indicou que a projeção para o IPCA de 2023 está em 4,6% no cenário de referência. Para 2024, a projeção para o IPCA está em 2,8%. Atualmente, o horizonte relevante do Copom inclui os anos de 2023 e, em menor grau, de 2024, mas o BC optou por dar ênfase ao primeiro trimestre de 2024, cuja projeção é de 3,5% em 12 meses, para eliminar ruídos relacionados às desonerações tributárias adotadas neste ano.

"O Comitê optou novamente por dar ênfase ao horizonte de seis trimestres à frente, que reflete o horizonte relevante, suaviza os efeitos diretos decorrentes das mudanças tributárias, mas incorpora os seus impactos secundários."

Para 2022, a estimativa de IPCA do BC é de 5,8%. "O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual", repetiu na ata.

A projeção para 2023 está acima do centro da meta (3,25%), mas levemente abaixo do limite superior, de 4,75%. No caso de 2024, a estimativa está aquém do alvo central (3,00%, banda de 1,50% a 4,50%). Já para este ano, mesmo após as desonerações, a projeção segue indicando novo rompimento da meta, uma vez que supera o teto de 5,00%.

O cenário de referência pressupõe a taxa de juros variando de acordo com a pesquisa Focus e o câmbio partindo de R$ 5,20 e evoluindo conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC).

As projeções de IPCA do BC já constaram no comunicado da semana passada, quando o Copom manteve a Selic (a taxa básica de juros) em 13,75% ao ano, encerrando o mais longo ciclo de alta de juros da sua história. No documento, o BC ainda disse que "se manterá vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação".

BC segue acompanhando riscos de desaceleração global e aversão a risco, diz ata

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central afirmou, por meio da ata da reunião da semana passada, que segue acompanhando os riscos relacionados à desaceleração global e ao aumento da aversão a risco, em um ambiente de inflação no mundo "significativamente pressionada".

O Copom manteve a taxa Selic em 13,75% ao ano na semana passada, decretando o fim de seu mais longo ciclo de alta de juros.

"O processo de normalização da política monetária nos países avançados prossegue na direção de taxas restritivas de forma sincronizada entre países, impactando as expectativas de crescimento econômico e elevando o risco de movimentos abruptos de reprecificação nos mercados", avaliou o Copom na ata divulgada nesta terça-feira.

No documento, o BC descreveu que o cenário externo mantém-se "adverso e volátil". Em relação à atividade econômica, destacou que os dados divulgados desde o Copom de agosto reforçam o aquecimento do mercado de trabalho nos Estados Unidos e em outras economias avançadas. Por outro lado, reforçam a expectativa de desaceleração global nos próximos trimestres e a reversão das políticas contracíclicas, a continuidade da guerra na Ucrânia, com desdobramentos para o fornecimento de gás natural para a Europa, e a manutenção da política de combate ao covid na China.

Sobre a inflação, o comitê reforçou que o cenário segue desafiador. Há, de um lado, a perspectiva de moderação nas pressões globais ligadas aos preços de bens, como resultado de uma "normalização incipiente nas cadeias de suprimento e uma acomodação nos preços das principais commodities no período recente". Mas, na outra direção, atua o baixo grau de ociosidade no mercado de trabalho nas economias avançadas, o que indica que "pressões inflacionárias no setor de serviços podem demorar a se dissipar".

Aumento permanente de gastos e incerteza elevam expectativas de inflação, diz ata

Mesmo após as críticas do ministro da Economia, Paulo Guedes, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reforçou, por meio da ata da reunião da semana passada, a preocupação com o futuro das contas públicas do Brasil e seu impacto inflacionário.

O Copom manteve a taxa Selic em 13,75% ao ano na semana passada, decretando o fim de seu mais longo ciclo de alta de juros.

O colegiado destacou que o aumento de gastos de forma permanente e a incerteza sobre sua trajetória a partir do próximo ano podem elevar os prêmios de risco do País e as expectativas de inflação Isso porque tendem a pressionar a demanda agregada e a piorar as expectativas sobre a trajetória fiscal.

Os dois candidatos mais bem posicionados na disputa pelo Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo, já prometeram manter o Auxílio Brasil em R$ 600 mensais, mas ainda não explicaram como financiar a medida, nem como vão lidar com o impacto da despesa no teto de gastos.

"O Comitê reitera que há vários canais pelos quais a política fiscal pode afetar a inflação, incluindo seu efeito sobre a atividade, preços de ativos, grau de incerteza na economia e expectativas de inflação", alertou.

Em um evento recente, Guedes disse que o "BC errou ao falar o tempo todo em risco fiscal", quando o País caminhava para o superávit primário. "O BC estava preocupado com o fiscal e eu, com o juro negativo", disparou o ministro.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

Após vitória na Itália, apoio à Rússia é primeiro teste de coalizão de direita

A líder da direita radical italiana, Giorgia Meloni, deu início segunda, 26, às negociações para formar uma coalizão de governo, depois da ampla vitória nas eleições do domingo, 25. Apesar de favorável, o cenário não é de todo certo para a líder do Fratelli D'Italia.

Ela terá de articular com Matteo Salvini, da Lega, e Silvio Berlusconi, do Forza Italia o desenho de seu gabinete de ministros e superar eventuais diferenças com os dois aliados, sobretudo no que diz respeito ao papel da Itália no apoio à Ucrânia na guerra com a Rússia.

Segundo o Ministério do Interior Italiano, a coalizão de direita conquistou cerca de 44% dos votos válidos. A aliança de centro-esquerda liderada pelo Partido Democrático, com 26%, e o antissistema M5S, com 15%, completam a lista dos mais votados pelos eleitores italianos.

O porcentual de votos é suficiente para garantir à coalizão um número de acentos majoritário tanto na Câmara quanto no Senado, o que significa que a direita será capaz de formar governo sem a necessidade de ampliar sua aliança ou negociar com outros partidos.

Em contrapartida, a diferença não deve ser suficiente para o grupo conseguir a sonhada maioria de dois terços no Parlamento, o que permitiria fazer alterações na Constituição do país sem o consentimento da oposição.

De toda forma, a estabilidade da coalizão dependerá fundamentalmente da habilidade de Meloni em manter seus aliados satisfeitos. E um dos focos de desacordo mais latentes é a Rússia.

"Gerenciar a coalizão do governo não será fácil. De um lado, está Matteo Salvini, ressentido com a ascensão de Meloni - que veio às suas custas - e inflexivelmente pró-Putin, ele pode causar problemas sem fim. Do outro, Silvio Berlusconi, que já avisou seus sócios que o Forza Italia 'vai romper com o governo se for preciso'", escreveu Mattia Ferraresi, editor-chefe do jornal italiano Domani.

(Foto: EBC)

A líder da direita radical italiana, Giorgia Meloni.

Democratas no Senado dos EUA divulgam proposta para evitar shutdown no governo

Senadores do Partido Democrata divulgaram na noite da segunda-feira, 26, o texto de uma proposta que os congressistas poderiam passar para evitar uma paralisação parcial (shutdown) do governo após o fim dos fundos federais nesta sexta-feira. A resolução de 237 páginas, tornada pública pouco antes da meia-noite pelo Comitê de Apropriações do Senado, estenderia os atuais níveis de financiamento até 16 de dezembro

A proposta, porém, inclui várias medidas não relacionadas, entre elas uma lei controversa para reformular o processo de autorização de projetos de energia nos EUA, além de bilhões de dólares em ajuda à Ucrânia, o que gera dúvidas sobre se haverá apoio suficiente no Congresso. A resolução precisa de 60 votos no Senado, que deve tratar do texto após voltar a se reunir nesta terça-feira. O texto precisa também passar na Câmara dos Representantes.

Líder da maioria democrata no Senado, Chuck Schumer concordou em incluir a reformulação no processo para projetos de energia do senador Joe Manchin, em troca do voto dele em agosto para aprovar uma legislação com mudanças com foco em clima, seguro-saúde e reforma tributária. Legisladores dos dois partidos têm criticado a proposta, com a oposição republicana afirmando que ela não vai longe o suficiente para retirar barreiras nas autorizações, para que projetos de energia possam ser construídos rápido.

Rússia: Putin concede cidadania russa a Edward Snowden

O presidente Vladimir Putin concedeu a cidadania russa ao ex-funcionário de segurança dos Estados Unidos Edward Snowden, de acordo com um decreto assinado pelo líder russo segunda-feira, 26.

Snowden é um dos 75 estrangeiros listados pelo decreto como tendo a cidadania russa concedida. O decreto foi publicado em um site oficial.

Snowden, um ex-contratado da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês) dos EUA, mora na Rússia desde 2013 para escapar de processos nos EUA depois de vazar documentos confidenciais detalhando programas de vigilância do governo. Ele recebeu residência permanente em 2020 e disse na época que planejava solicitar a cidadania russa, sem renunciar à americana

Snowden, que manteve um perfil discreto na Rússia e ocasionalmente criticou as políticas do governo russo nas mídias sociais, disse em 2019 que estava disposto a retornar aos EUA se tivesse garantido um julgamento justo. Ele não comentou sobre a concessão da cidadania russa.

Venezuela e Colômbia reabrem fronteira para veículos de carga fechadas há 7 anos

(Foto: EBC)

Venezuela e Colômbia reabriram a fronteira entre os dois países segunda-feira, 26, para a travessia de veículos de carga após sete anos de fechamento parcial por divergências políticas. A reabertura foi marcada por uma cerimônia presidida pelo presidente colombiano, Gustavo Petro, e pelo governador do Estado venezuelano de Táchira, Freddy Bernal. A solenidade protocolar que teve a participação das duas delegações aconteceu na Ponte Internacional Simón Bolívar, principal passagem fronteiriça entre os dois países, que já foi liberada para a passagem dos primeiros caminhões de carga nos dois sentidos. As conexões aéreas entre os países também foram retomadas.

O presidente Gustavo Petro descreveu o fechamento como um "suicídio que não deve se repetir" e disse que a reabertura vai favorecer o progresso da região. "Que isso que acontecerá hoje seja para a prosperidade do povo de Norte de Santander (Estado colombiano) e da Colômbia", disse Petro, pouco antes do início da solenidade.

Petro também destacou que o ato favorece a garantia de direitos humanos na região, afetada pelas dissidências das Farc, pelo Exército da Libertação Nacional (ELN) e por narcotraficantes. "Isso deve resultar em um salto qualitativo em matéria de direitos humanos em toda a fronteira. Deve resultar em um aumento da qualidade de vida", garantiu o chefe de Estado.

Democratas no Senado dos EUA divulgam proposta para evitar shutdown no governo

Senadores do Partido Democrata divulgaram na noite da última segunda-feira, 26, o texto de uma proposta que os congressistas poderiam passar para evitar uma paralisação parcial (shutdown) do governo após o fim dos fundos federais nesta sexta-feira.

A resolução de 237 páginas, tornada pública pouco antes da meia-noite pelo Comitê de Apropriações do Senado, estenderia os atuais níveis de financiamento até 16 de dezembro.

A proposta, porém, inclui várias medidas não relacionadas, entre elas uma lei controversa para reformular o processo de autorização de projetos de energia nos EUA, além de bilhões de dólares em ajuda à Ucrânia, o que gera dúvidas sobre se haverá apoio suficiente no Congresso.

A resolução precisa de 60 votos no Senado, que deve tratar do texto após voltar a se reunir nesta terça-feira. O texto precisa também passar na Câmara dos Representantes. Líder da maioria democrata no Senado, Chuck Schumer concordou em incluir a reformulação no processo para projetos de energia do senador Joe Manchin, em troca do voto dele em agosto para aprovar uma legislação com mudanças com foco em clima, seguro-saúde e reforma tributária.

Legisladores dos dois partidos têm criticado a proposta, com a oposição republicana afirmando que ela não vai longe o suficiente para retirar barreiras nas autorizações, para que projetos de energia possam ser construídos rápido.

Na semana passada, a presidente da Câmara, Nancy Pelosi, disse que os congressistas estão em uma posição de agir rápido para garantir a lei de financiamento. Ela não quis especular, contudo, se haveria votos suficientes de deputados para aprovar a medida.

Japão se despede de Shinzo Abe, ex-premiê assassinado, com funeral polêmico

Milhares de japoneses e personalidades estrangeiras prestam as últimas homenagens ao ex-primeiro-ministro Shinzo Abe, assassinado a tiros em julho deste ano, em um funeral de Estado realizado ontem, 27. A despedida, que ocorre mais de dois meses após a morte do ex-premiê , provocou protestos, mas também longas filas de pessoas que queriam oferecer flores e orações.

As cinzas de Abe, carregadas por sua esposa Akie, chegaram ao complexo Budokan, em Tóquio, ao som de uma salva de 19 tiros em homenagem ao falecido líder. A caravana que transportava os restos mortais saiu da residência da viúva, passando por um corredor de soldados uniformizados de branco em posição de sentido.

Representantes do governo e parlamentares, como Fumio Kishida, o atual primeiro-ministro, Yoshihide Suga, que substituiu Abe quando ele deixou o cargo de primeiro-ministro, a vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, além de líderes da Índia e Austrália também marcam presença. Shinzo Abe foi o governante mais antigo do Japão e uma das figuras mais conhecidas do país, lembrado por cultivar alianças internacionais e pela estratégia econômica chamada "Abenomics".

(Foto: EBC)

As cinzas de Abe, carregadas por sua esposa Akie, chegaram ao complexo Budokan, em Tóquio, ao som de uma salva de 19 tiros em homenagem ao falecido líder.

Rússia expulsa diplomata japonês sob alegação de espionagem

O governo do Japão informou que um de seus diplomatas foi vendado e amarrado pelas autoridades russas na cidade de Vladivostok, antes de ser interrogado e depois ter 48 horas para deixar o país. O Serviço Federal de Segurança da Rússia comunicou que o diplomata, que chamou de cônsul Tatsunori Motoki, foi pego na segunda-feira (26) pagando informações confidenciais sobre a cooperação de Moscou com um país da região Ásia-Pacífico, de acordo com um comunicado publicado pela agência estatal de notícias russa Tass.

O texto da Tass acrescentou que o diplomata também pagou por informações restritas sobre os efeitos das sanções dos países ocidentais no Extremo Oriente da Rússia.

O ministro das Relações Exteriores do Japão, Yoshimasa Hayashi, disse que o governo de Tóquio foi informado na noite de segunda-feira que o diplomata havia sido declarado "persona non grata", com 48 horas para deixar a Rússia.

"Não há absolutamente nenhuma evidência de que o referido funcionário do consulado tenha se envolvido em atividades ilegais como alegado pelo lado russo", disse Hayashi. "O funcionário foi vendado, suas mãos e a cabeça inclinadas para baixo e foi levado imóvel e submetido a um interrogatório intimidante. É extremamente lamentável e inaceitável", disse ele.

Tóquio convocou o embaixador russo para protestar e Hayashi disse que o Japão consideraria uma nova resposta. O Japão aderiu às sanções internacionais contra a Rússia após a invasão da Ucrânia, levando a uma forte deterioração dos laços entre Tóquio e Moscou. Fonte: Dow Jones Newswires.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Gratificação por dedicação exclusiva na Procuradoria-Geral do ES é válida, decide STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a validade de gratificação instituída para compensar a opção pelo Regime de Dedicação Exclusiva (RDE) dos procuradores do Estado do Espírito Santo. Por unanimidade, na sessão virtual encerrada em 13/9, o Plenário julgou improcedente o pedido formulado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6784 pelo procurador-geral da República, Augusto Aras.

Os dispositivos da Lei Complementar (LC) estadual 88/1996, acrescentados pela LC estadual 897/2018, preveem o pagamento da gratificação de 30% do subsídio aos procuradores optantes pelo regime.

Nesse caso, a jornada de trabalho é de 40 horas semanais, e os procuradores não podem exercer atividade advocatícia, administrativa ou judicial nem de assessoria e consultoria fora das atribuições institucionais, exceto o magistério.

Direitos de servidores - O colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Edson Fachin, no sentido de que a gratificação foi instituída para remunerar o aumento da carga horária dos procuradores e tem caráter temporário. O ministro lembrou que a Corte já tratou do tema na ADI 4941, quando assentou que o servidor público que exerce funções extraordinárias ou trabalha em condições diferenciadas pode receber parcela remuneratória além do subsídio. Em seu voto nesse julgamento, Fachin considerou impossível afastar, em relação aos agentes públicos remunerados por subsídio, os direitos inerentes aos trabalhadores de modo geral e que são expressamente aplicáveis aos demais servidores, como 13º salário, adicional noturno e horas extras, além de parcelas de natureza indenizatória.

STF valida leis de mais três estados sobre poder requisitório da Defensoria Pública

O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, declarou a constitucionalidade de dispositivos legais dos Estados de Mato Grosso, do Piauí e de Pernambuco que autorizam as Defensorias Públicas locais a requisitar documentos e informações de autoridades e agentes públicos. A decisão foi tomada no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6860, 6861 e 6863.

As ações foram ajuizadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra dispositivos das Leis Complementares estaduais 146/2003 (Mato Grosso), 59/2005 (Piauí) e 20/1998 (Pernambuco). Segundo a PGR, as normas atribuiriam aos defensores públicos prerrogativa que advogados privados não têm.

Acesso à Justiça - Para o relator das ações, ministro Nunes Marques, o poder de requisição não viola princípios constitucionais como o da isonomia e da paridade de armas, como alegava a PGR, mas lhes dá maior concretude. O ministro ressaltou que a Defensoria Pública atua em favor de pessoas carentes que, sem o apoio e a assistência da instituição, não teriam tido conhecimento ou condições para obter acesso a documentos e informações.

Mantido sistema de rateio orçamentário adotado por Mato Grosso do Sul

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o sistema de rateio de despesas orçamentárias na administração pública de Mato Grosso do Sul não viola a regra constitucional que exige a aplicação de percentuais mínimos em saúde e educação.

Segundo a maioria do Plenário, a mera apropriação das despesas com atividades-meio pelos órgãos prestadores dos serviços de saúde e de educação (atividades-fim), prevista no sistema, não permite que elas sejam consideradas no cálculo: devem ser levados em conta apenas os custos nessas áreas contempladas pela legislação nacional.

Em julgamento encerrado em 16/9, o Plenário, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido formulado pela Procuradoria-Geral da República na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3320. Entre outros pontos, a PGR alegava que a lei permitiria a aplicação de recursos destinados exclusivamente à saúde pública em outras atividades do estado, suprimindo do setor parcela considerável de investimentos.

Procedimentos inovadores - No voto que prevaleceu no julgamento, o relator, ministro Nunes Marques, observou que a Lei estadual 2.261/2001 adotou o sistema de rateio de despesas e de apropriação de custos no âmbito do Poder Executivo. Os serviços de arrecadação, suporte técnico-administrativo e gestão do aparelho estatal são considerados atividades-meio, enquanto os serviços prestados diretamente à sociedade são tidos como atividades-fim.

Terceiro embargante não tem legitimidade para suscitar competência absoluta de juízo falimentar

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que o terceiro embargante não tem legitimidade para suscitar a incompetência do juízo que decretou a penhora de seu bem, ao argumento de que seria competente o juízo falimentar. Segundo o colegiado, os embargos de terceiro não são a via processual adequada para esse fim.

A turma negou provimento ao recurso especial de um homem que opôs embargos de terceiro contra uma empresa farmacêutica. Ele alegou que, em ação de execução promovida pela farmacêutica contra uma fazenda agropecuária, foi penhorado imóvel cuja área corresponderia à de um sítio do qual ele era possuidor e depositário, em decorrência de hasta pública realizada na Justiça do Trabalho.

Provas documentais não foram suficientes para demonstrar a sobreposição de áreas - O juiz de primeiro grau determinou a realização de perícia para analisar a alegada sobreposição de áreas, mas somente a farmacêutica recolheu os honorários periciais, mantendo-se inerte o embargante. O juízo julgou os embargos improcedentes, com fundamento na falta de realização da prova pericial por desinteresse da parte autora.

Supremo recebe queixa-crime do ministro Roberto Barroso contra Magno Malta por calúnia

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu a queixa-crime apresentada pelo ministro Luís Roberto Barroso contra o ex-senador Magno Malta pelo crime de calúnia. A decisão se deu, na sessão virtual finalizada em 23/9, no exame da Petição (PET) 10409.

Em um evento político em Campinas (SP), em junho deste ano, Malta disse falsamente que o ministro "batia em mulher" e respondia a dois processos por isso. Logo após a fala, Barroso declarou, em nota oficial, que foram feitas em 2013 falsas acusações, já arquivadas, e que não havia veracidade na declaração do ex-senador.

Suporte mínimo - Prevaleceu o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, que considerou presentes os requisitos exigidos pelo Código de Processo Penal (CPP) para o recebimento da queixa. Ele ressaltou que não cabe, nessa fase processual, absolver ou condenar acusado, mas apenas avaliar a existência de um suporte mínimo de provas da materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

Imputação falsa - Para o ministro Alexandre, a peça acusatória contém todos os requisitos exigidos e expõe os fatos de forma coerente, de forma a permitir ao acusado a compreensão do que está sendo imputado a ele e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido pela jurisprudência da Corte.

(Foto: EBC)

O ministro Alexandre de Moraes afastou, também, a alegação da defesa de que a queixa-crime não deveria estar vinculada aos inquéritos de sua relatoria em curso no STF.

A queixa-crime deixa claro que os fatos delituosos atribuídos ao ex-senador foram praticados nos dias 11 e 12 de junho de 2022, em evento público denominado Conservative Political Action Conference Brasil 2022, quando ele teria imputado falsamente ao ministro Barroso fato definido como crime. "A queixa-crime atende, plenamente, os requisitos exigidos pelo artigo 44 do Código de Processo Penal", verificou.

"Carta branca" - Um dos argumentos da defesa de Malta era o de que a manifestação era mera reiteração de outra externada em 2013 no Plenário do Senado e que, por isso, se aplicaria ao caso a decadência - perda do direito de acionar a Justiça em razão do decurso do prazo de seis meses previsto em lei.

De acordo com o relator, o acolhimento dessa tese representaria a concessão de uma "carta branca" para a renovação de condutas criminosas, com a repetição da calúnia original sem a possibilidade de análise dos fatos pelo Poder Judiciário.

Em relação à liberdade de expressão, o ministro ressaltou que a Constituição Federal não permite o abuso no exercício desse direito, que não pode ser utilizado como "escudo protetivo para a prática de discursos de ódio, antidemocráticos, ameaças, agressões, infrações penais e toda a sorte de atividades ilícitas".

Conexão - O ministro Alexandre de Moraes afastou, também, a alegação da defesa de que a queixa-crime não deveria estar vinculada aos inquéritos de sua relatoria em curso no STF. Segundo o ministro, os fatos atribuídos a Malta se assemelham, "em acentuado grau", ao modo de agir da organização criminosa investigada no Inquérito (INQ) 4874 (atos antidemocráticos).

2ª Turma mantém condenação de Anthony Garotinho por compra de votos

(Foto: EBC)

O ex-governador do Rio de Janeiro foi condenado pelo TRE-RJ por irregularidades na eleição municipal de Campos dos Goytacazes em 2016.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a condenação do ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, por compra de votos nas eleições de 2016 em Campos dos Goytacazes (RJ). A decisão, unânime, se deu na sessão virtual finalizada em 23/9, no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1343875.

Garotinho foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral local (TRE-RJ), por integrar associação criminosa voltada à prática de corrupção eleitoral por meio da distribuição de cheques-cidadão, programa de assistência social mantido pela prefeitura de Campos durante a campanha municipal de 2016.

O relator do ARE, ministro Ricardo Lewandowski, havia determinado a anulação da sentença condenatória de Thiago Ferrugem, investigado pelos mesmos fatos (Operação Chequinho). Em julho, o ministro indeferiu o pedido de extensão dessa decisão a Garotinho.

Em agravo regimental, a defesa do ex-governador alegava que as duas condenações se basearam em provas obtidas em busca e apreensão na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Como o relator considerou ilegais as provas extraídas dos computadores da secretaria, por falta de perícia, os advogados pediam a nulidade da ação penal também em relação a Garotinho, nos mesmos termos da decisão relativa a Ferrugem.

MPES traçam estratégia contra ações no STF que contestam cargos comissionados

Nos últimos seis anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu pelo menos 12 ações de inconstitucionalidade que questionam a contratação de funcionários comissionados nos Ministérios Públicos dos Estados.

Os processos são movidos pela Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp). A entidade argumenta que leis estaduais têm sido usadas para burlar a necessidade de concurso público.

A lei permite cargos comissionados para o exercício de atividades de direção, chefia ou assessoramento. A ideia é que as autoridades possam nomear funcionários em função de uma relação de confiança. Nesses casos, o concurso é dispensado.

Foram apresentadas ações contra os Ministérios Públicos do Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

Até o momento, apenas duas ações foram julgadas pelo STF. O tribunal rejeitou o processo contra o MP do Rio Grande do Sul. Os ministros concluíram que, naquele Estado, a criação de cargos comissionados cumpriu os requisitos previstos na Constituição.

O Supremo também analisou o processo contra o Ministério Público da Paraíba. Nesse caso, o desfecho foi o oposto: o plenário mandou derrubar trechos da legislação estadual que estabelecia a reserva de um percentual mínimo de cargos comissionados e deu um ano para a instituição adequar o quadro de funcionários.

O tribunal começou a analisar ainda uma terceira ação. No processo, a Ansemp questiona uma reforma legislativa que alterou as regras para criação de carreira e cargos de apoio técnico-administrativo no Ministério Público do Maranhão. O julgamento foi iniciado em agosto no plenário virtual, mas acabou suspenso por um pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro André Mendonça.

Estados e União discutem composição do preço da energia elétrica em reunião no STF

Na tarde de segunda-feira (26), representantes dos estados e da União debateram, em audiência de conciliação realizada no Supremo Tribunal Federal (STF), a constitucionalidade de trecho da Lei Complementar 194/2022 que prevê a não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição vinculados às operações com energia elétrica.

A LC 194/22, que passou a considerar essenciais bens e serviços relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo e uniformizou as alíquotas do ICMS sobre combustíveis em todo o país, é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7191. A comissão, com membros dos entes federativos, foi criada pelo ministro Gilmar Mendes, relator da ADI 7191 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 984. O grupo tem até 4/11 para concluir os trabalhos.

A próxima reunião será online, no dia 11/10, às 14h, quando especialistas responderão questionamentos elaborados pela União e pelos estados.

Incidência - Na avaliação dos estados, a não incidência do ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de transmissão de energia elétrica (TUST) e dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) é inconstitucional.

Eles alegam que todos os custos para que o consumidor tenha acesso à mercadoria devem estar na base de cálculo do ICMS e que manter a alteração significaria "jogar fora metade das arrecadações de energia dos estados".

Para a União, o fato gerador do tributo deve ser a mercadoria em si, ou seja, a energia elétrica. As tarifas de transmissão e distribuição seriam encargos pelo uso dos sistemas e não se confundem com o fornecimento da energia ao consumidor.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

Renato Augusto diz que Flamengo é o melhor time da América

(Foto: Divulgação)

Faltando duas semanas para as finais da Copa do Brasil, o Corinthians já pensa no novo confronto com o Flamengo. E o experiente Renato Augusto não poupa palavras para avaliar o adversário: "É o melhor do Brasil e talvez até o melhor da América". Apesar disso, o volante demonstra confiança para a disputa decisiva.

"Estamos numa subida muito boa, fizemos dois grandes jogos contra o Fluminense, que joga numa forma muito diferente do Flamengo, mas a gente se adaptou ao adversário. Vai ser um trabalho duro para o mister, mas vai ser um jogo diferente daqueles", afirmou o volante em entrevista ao canal SporTV.

O jogador do Corinthians se refere ao confronto de mata-mata entre as duas equipes na Copa Libertadores. Há quase dois meses, o time paulista foi eliminado pelo rival carioca nas quartas de final. O Flamengo venceu os dois jogos e esbanjou superioridade. "Não podemos usar aqueles jogos como padrão. Estávamos encaixando a nossa forma de jogar, o que a gente vem encontrando agora", ponderou Renato Augusto. O volante prevê um duelo mais equilibrado, com boas chances para a equipe paulista.

"Vamos dar uma dificuldade maior do que nos jogos da Libertadores. Achamos a forma de jogar, o que o mister quer. Esse foi o 'pulo do gato'", comentou.

A final da Copa do Brasil começará a ser disputada no dia 12 de outubro, na Neo Química Arena. A volta será uma semana depois, no Maracanã, no Rio de Janeiro. Na Libertadores, o Corinthians iniciou mal a disputa e levou 2 a 0 em casa.

"Pela experiência da Libertadores, a gente não pode sair de São Paulo com uma derrota. Temos que levar o jogo para o segundo que tudo pode acontecer, passa a ser um jogo só. Mata-mata é diferente de pontos corridos, Copa é sempre diferente. A gente soube jogar a Copa até aqui, aprendemos com alguns erros, principalmente depois do segundo jogo contra o Atlético-GO conseguimos encaixar. O Flamengo é favorito por ser o time do momento, mas vamos chegar fortes para a final", resumiu.

Guarani tem retorno de Derlan e Giovanni Augusto para confronto direto

(Foto: Divulgação)
O Guarani tem importantes reforços para o confronto direto de sexta-feira, contra o CSA, no estádio Rei Pelé, em Maceió (AL), pela 32ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro. Desfalque na vitória sobre o Sampaio Corrêa, por 2 a 0, por causa de uma lesão muscular na coxa, o zagueiro Derlan foi liberado pelo departamento médico e voltou aos treinos com o elenco.

Titular absoluto, o defensor volta a atuar ao lado de João Victor no lugar de Ronaldo Alves, que foi seu substituto contra o Sampaio Corrêa e não viaja para Maceió (AL) porque está suspenso pelo terceiro cartão amarelo.

Outro reforço é Giovanni Augusto. Principal jogador do Guarani, com dois gols e quatro assistências, o camisa 10 cumpriu suspensão automática na última rodada pela expulsão contra o Operário e retorna pendurado com dois amarelos.

Além do meia, outros dez jogadores estão pendurados: Maurício Kozlinski, Diogo Mateus, Lucas Ramon, João Victor, Jamerson, Leandro Vilela, Rodrigo Andrade, Silas, Eduardo Person e Nicolas Careca.

Adversários desta sexta-feira, Guarani e CSA estão com 35 pontos, mas os paulistas levam a melhor no número de vitórias (8 a 7) e por isso estão fora da zona de rebaixamento da Série B.

Alfa Romeo renova com piloto chinês para temporada 2023 da Fórmula 1

(Foto: Divulgação)

Entrando em sua reta final, a temporada da Fórmula 1 chega a um momento decisivo também na famosa "dança das cadeiras". Ontem, foi a vez da Alfa Romeo decidir seu futuro. A equipe confirmou a permanência do chinês Zhou Guanyu para formar dupla com o finlandês Valtteri Bottas em 2023.

O piloto asiático, de 23 anos, foi o único estreante na categoria neste ano. E não decepcionou. Somou seu primeiro ponto logo na etapa de abertura do campeonato, no Bahrein. No momento, tem seis pontos, entre boas colocações nos GPs do Canadá e da Itália, e ocupa o 17º lugar no Mundial de Pilotos.

"Estou ansioso para seguir trabalhando com Zhou. Desde o primeiro dia, no teste em Abu Dabi, no ano passado, ele nos impressionou com sua abordagem de trabalho e isso é sempre muito positivo. Sabíamos que ele era rápido, mas o jeito como se adaptou rapidamente ao time foi a melhor surpresa da temporada", afirmou o chefe da Alfa Romeo, Frederic Vasseur. O primeiro piloto chinês da história da F-1 celebrou a renovação de contrato. "Estou feliz e grato pela oportunidade que a equipe me deu para mais uma temporada. Entrar na F-1 foi um sonho a se realizar e a sensação de competir pela primeira vez ficará comigo para sempre. O time me apoiou muito, me recebendo muito bem desde o primeiro dia e me ajudando na adaptação ao campeonato automobilístico mais complexo que existe." Zhou Guanyu ficou marcado em sua temporada de estreia pelo forte acidente sofrido logo na largada do GP da Inglaterra, em Silverstone.

Seu carro capotou e praticamente pegou voo na primeira curva, parando apenas no alambrado. Apesar da forte pancada e das imagens assustadoras, o chinês não sofreu lesões. Com a confirmação do chinês na Alfa Romeo, a F-1 tem agora três vagas restantes no grid para a próxima temporada. Uma delas está na Williams, após o anúncio da saída do canadense Nicholas Latifi ao fim do ano. A Haas ainda não assegurou a permanência do alemão Mick Schumacher para 2023. E a Alpine ainda busca um substituto para o espanhol Fernando Alonso.

Fórmula 1 vai ter seis corridas sprint no calendário de 2023

O Conselho Mundial de Automobilismo aprovou, ontem, o aumento de três para seis sessões corridas sprint (corridas de classificação) na temporada 2023 da Fórmula 1. A Federação Internacional de Automobilismo promete anunciar nos próximos dias quais Grandes Prêmios terão este evento.

As corridas de sprint foram introduzidas na F-1 em 2021 e provaram ser uma adição popular ao formato habitual de fim de semana, com a qualificação mudando para sexta-feira e uma corrida extra de 100 quilômetros no calendário de sábado para definir o grid do GP de domingo.

Em 2021, Silverstone (Inglaterra), Monza (Itália) e Interlagos (Brasil) foram as corridas escolhidas. Neste ano, são Ímola (Emilia Romagna), Red Bull Ring (Áustria) e Interlagos (Brasil).

"Estou satisfeito por podermos confirmar que seis Sprints farão parte do campeonato a partir de 2023, aproveitando o sucesso do novo formato", disse o presidente e CEO da Fórmula 1, Stefano Domenicali. "O Sprint oferece ação ao longo de três dias com todos os pilotos lutando por algo desde o início na sexta-feira até o evento principal no domingo, adicionando mais drama e emoção ao fim de semana."

Segundo o dirigente, todos os envolvidos no fim de semana de GP aprovaram o evento. "O retorno dos fãs, equipes, promotores e parceiros tem sido muito positivo e o formato está adicionando uma nova dimensão à Fórmula 1, e todos queremos garantir seu sucesso no futuro."

Rodrigo Caio passa por cirurgia no joelho esquerdo e só volta ao Flamengo em 2023

O zagueiro Rodrigo Caio voltará ao Flamengo somente em 2023. Ontem, o jogador foi submetido a uma artroscopia no joelho esquerdo e ficará em recuperação entre seis e oito semanas.

O clube havia optado por tratamento convencional, mas não houve melhora e a cirurgia acabou inevitável pela "não cicatrização" da lesão.

O procedimento desta manhã, no Hospital Copa Star, foi realizado pelo cirurgião Max Ramos e acompanhado pelo Gerente de Saúde e Alto Rendimento do clube, Márcio Tannure. O jogador terá alta no decorrer do dia. Foi reparado o menisco medial do defensor.

"Rodrigo Caio iniciará fisioterapia no CT Ninho do Urubu ainda entre quinta e sexta-feira desta semana. O prazo de recuperação está previsto entre seis e oito semanas", informou o Flamengo, garantindo que o procedimento foi um sucesso.

Rodrigo Caio não entrava em campo desde o dia 10 de julho, quando o time reserva do Flamengo acabou derrotado pelo Corinthians por 1 a 0 na Neo Química Arena, pelo Brasileirão. Na oportunidade, acabou substituído após sofrer uma pancada no local e deixou o campo chorando.

Foi a segunda cirurgia de Rodrigo Caio em 2022. No começo do ano, o jogador já havia sido submetido a uma operação por causa de inflamação no joelho direito - problema decorrente de outro procedimento. O jogador garante que voltará "saudável" em 2023.

Ataque a Vini Jr. expõe intolerância à criatividade e ameaça futebol bailarino

Drible ou entrada ríspida? Gol seguido de coreografia ou intimidação escancarada? Futebol bailarino ou esquemas baseados na truculência? Diante da intolerância que ganha força nos mais variados segmentos da sociedade, as ameaças direcionadas a Vinicius Junior pelo estilo irreverente de festejar seus gols elevaram a temperatura de um clássico na Espanha que tradicionalmente já carrega grande dose de rivalidade. No jogo em que o Real Madrid venceu o Atlético de Madrid por 2 a 1, no último final de semana, o atacante não balançou a rede, mas fez questão de sambar ao lado do companheiro Rodrygo no primeiro gol do time merengue. O ato foi uma resposta às intimidações proferidas tanto pelo adversário quanto pela torcida presente ao estádio.

Além do caso de racismo explícito, o episódio abre discussão sobre os rumos que o esporte mais popular do planeta vem seguindo. Em tempos de VAR, câmeras espalhadas nos estádios e ainda a atuação muitas vezes confusa dos juízes, o futebol vem trocando as jogadas de efeito pelo pragmatismo. Regras de conduta são alçadas como pilares num esporte que tem o drible como um dos principais cartões de visita.

Tricampeão do mundo com a seleção brasileira em 1970, no México, o ex-goleiro Emerson Leão foi um defensor do futebol bailarino em sua curta passagem como técnico da seleção brasileira.

Apesar do estilo sisudo, bom futebol e irreverência já caminharam harmonicamente sob os cuidados do exigente técnico que, em 2002, foi campeão brasileiro com o Santos comandando Diego e Robinho. "O Vinicius Junior tem a liberdade de comemorar seus gols como bem desejar. Não vejo o que ele faz como gozação ou menosprezo. Eu incentivava meus atletas a fazer isso. Na verdade, achei ridículo o que fizeram com o garoto", afirmou Leão ao Estadão.

A pressão imposta pelos rivais em cima do seu estilo não deve ser levada tão a sério na opinião do treinador brasileiro. "No futebol sempre existiu jogadores irreverentes. No meu tempo, o César Maluco tirava peruca de repórter na comemoração dos gols. O Vinicius não pode perder a naturalidade", completou o treinador.

Com mais de 900 gols na carreira e uma trajetória marcada por frases de efeito e provocação aos adversários, Dadá Maravilha exaltou a atuação de Vinicius e criticou os atletas que só conseguem visibilidade intimidando quem sabe jogar bola. "Eu me gabava e falava quantos gols iria fazer antes dos jogos. O Vinicius Junior mostrou ter coragem. É craque, coisa que eu nunca fui. Só precisa aprender a fazer mais gols como o Dadá. Aí ninguém segura. E se tiver que dançar, que dance, pois futebol é isso. Ainda mais sendo brasileiro."

Pelo direito de driblar - Berço de atletas consagrados mundialmente como Pelé, Garrincha, Romário, Ronaldo e Ronaldinho Gaúcho, o Brasil tem em seu DNA uma forte relação com o drible e o lance de efeito.

Entre o final dos anos 30 e a década de 40, Leônidas assombrou o mundo com a sua acrobática bicicleta. Quase uma década depois, Didi se tornou pai da folha seca, um jeito malicioso de cobrar faltas que fazia a bola cair repentinamente e trair o goleiro nos lances de bola parada.

E a criatividade não ficou nisso. A paradinha na cobrança de pênalti está relacionada a Pelé, que imortalizou também as tabelinhas tendo Coutinho a seu lado. Já Rivellino popularizou o drible do elástico enquanto Sócrates fez do toque de calcanhar uma artimanha marota que deixava os adversários "falando sozinho".

E o que dizer de Mário Sérgio, jogador cerebral que se atrevia a olhar para um lado e tocar a bola para o outro? Tal ousadia lhe rendeu o apelido de "Vesgo" no mundo do futebol.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Campanha '#tiragomes' cresce com vídeos de Caetano e Alinne Moraes

A hashtag #tiragomes, em referência ao candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT), se popularizou nas redes sociais de segunda-feira, 26. Com um vídeo de Caetano Veloso, a hashtag chegou a ser o quarto assunto mais comentado no Twitter. Nos curtos segundos da gravação, o cantor afirma que Leonel Brizola dizia que "artista não dá voto, mas tira, então…". O vídeo termina reproduzindo a hashtag #tiragomes.

A mensagem ganhou tração no aplicativo de mensagens WhatsApp, principalmente no grupo Prerrogativas, que reúne juristas e advogados que apoiam Lula contra Jair Bolsonaro (PL). Ao Estadão, a produtora de cinema e música Paula Lavigne, mulher de Caetano, explicou que o trecho faz parte de depoimento que ele havia gravado para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, ela destacou que o cantor não é responsável pela campanha #tiragomes, nem deve compartilhar o vídeo nas redes sociais dele.

Outro vídeo da série #tiragomes mostra recortes da vilã da novela Duas Caras (2007), Silvia, interpretada por Alinne Moraes, dizendo que vai a Paris. A personagem caiu nas graças das redes sociais há algum tempo e trechos de suas cenas estampam "memes" bastante populares, principalmente no Twitter.

SP registra aumento de homicídios, estupros, furtos e roubos em agosto

O Estado de São Paulo registrou aumento no total de homicídios, estupros, roubos e furtos no último mês de agosto em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pela própria Secretaria de Segurança Pública (SSP) segunda-feira, 26. Respectivamente, esses crimes cresceram 1,3%, 18,2% 11,9% e 21% comparados com os do ano anterior.

O maior aumento foi notado nos furtos, que chegaram a 50.441 no último mês. Apesar de o crescimento em relação a agosto do ano passado já ser esperado, uma vez que o Estado ainda estava sob grande parte das restrições de circulação da pandemia em 2021, este é o maior total de furtos registrados em um único mês no Estado desde março de 2006.

Os 21.654 roubos registrados em agosto deste ano também são o maior total mensal desde fevereiro de 2020, um mês antes de a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter declarado a pandemia do coronavírus e o Estado ter adotado medidas de restrição contra a doença. Na contramão, o total dos roubos e furtos de veículos são os menores da série histórica iniciada em 2001, quando desconsiderados os dois anos de isolamento.

Os 1.180 registros de estupro no Estado também são os piores para agosto em toda a última década. A última vez que o mês ultrapassou essa marca foi em 2012, quando houve 1.184 crimes deste tipo notificados.

O aumento nos índices de criminalidade, que aos poucos voltam aos níveis pré-pandêmicos, é registrado mesmo após os esforços do governo estadual, que desde maio tem aumentado o efetivo policial nas ruas através da Operação Sufoco. A estratégia começou por dobrar o número de agentes em ação na capital e, nos últimos meses, foi expandida para municípios do interior e do litoral.

"Nos últimos dois anos, São Paulo viveu um período de grande isolamento social, causado pela pandemia do coronavírus, que impactou diretamente a dinâmica criminal", justifica a SSP.

A pasta também alega que houve queda nos índices gerais de roubo, mas usa método pouco convencional de análise para essa afirmação, comparando agosto deste ano com os oito primeiros meses de 2019, "período pré-pandemia em que não houve restrição da circulação das pessoas", segundo a própria.

Procuradoria investiga ataques a tiros e fogo contra indígenas no Pará

O Ministério Público Federal no Pará abriu uma investigação sobre as circunstâncias de um incêndio e de um ataque a indígenas da etnia Turiwara, em Tomé-Açu, no nordeste do Pará, durante o final de semana.

As apurações foram instauradas com base em denúncias que chegaram à Procuradoria por meio das redes sociais no sábado, 24, e através de um documento remetido à instituição no domingo, 25.

A denúncia mais recente tratou da destruição da casa cultural da comunidade indígena Braço Grande, da etnia Turiwara, com um incêndio que ocorreu neste domingo. Segundo a Procuradoria, a estrutura amanheceu reduzida a cinzas.

Já o relato sobre o ataque a tiros aos indígenas foi identificado pelo Ministério Público Federal com base em informações divulgadas nas redes sociais e pela imprensa. O crime ocorreu no limite dos municípios de Tomé-Açu e Acará.

De acordo com a Procuradoria, os denunciantes atribuem os crimes a pistoleiros que teriam sido contratados por empresa exploradora de dendê envolvida em disputas de terras na região.

Delegados aposentados pedem que PGR investigue Alexandre por abuso de poder

(Foto: EBC)

Um grupo minoritário de delegados aposentados da Polícia Federal pediu à Procuradoria-Geral da República que investigue suposto abuso de autoridade do ministro Alexandre de Moraes e do delegado Fábio Shor em razão da operação que mirou empresários bolsonaristas que estariam defendendo um golpe de Estado em caso de vitória do ex-presidente Lula nas eleições de outubro.

O pedido dos aposentados da PF esbarra em uma questão legal: não se pode investigar ministro do Supremo sem autorização da própria Corte. É uma previsão expressa da Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

Um dos pontos sustentados pelos 131 delegados que assinam a representação é a investigação se dar sem participação da Procuradoria-Geral da República. Como mostrou o Estadão, a operação contra os aliados do presidente Jair Bolsonaro - aberta no dia 23 de agosto - gerou uma queda de braço entre o Supremo e a cúpula do Ministério Público Federal. A Procuradoria já pediu o arquivamento do caso, solicitação negada por Moraes em razão de descumprimento de prazo. O órgão agora insiste em enterrar o caso junto ao plenário da corte máxima.

Além disso, os delegados questionam a fundamentação da decisão que expediu mandados de busca contra os empresários bolsonaristas. A investigação se debruça sobre supostos crimes contra o Estado Democrático de Direito. O que os delegados alegam é que tal tipificação pressupõe 'violência ou grave ameaça', o que, na visão do grupo, não existiria na conduta dos aliados de Bolsonaro. "Ora, inexistiu a violência! Quanto à grave ameaça, essa não saiu do campo da cogitação", dizem.

A iniciativa dos delegados aposentados não foi reconhecida pela Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal. Tania Prado, presidente da Fenadepol, diz que a 'representação formulada por um grupo minoritário de delegados da Polícia Federal aposentados à PGR não representa a opinião da categoria'

O delegado Alexandre Saraiva, que conduziu investigação que mirou aliado de Bolsonaro e hoje é candidato a deputado federal, também reagiu à ofensiva do grupo de ex-integrantes da PF, formado por cerca de 10% dos aposentados da corporação. No twitter, o delegado classificou como 'ridícula' a representação levada ao MPF.

Depois de apoiar Lula, Meirelles declara voto em Rodrigo Garcia ao governo de SP

Depois de declarar voto no candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ex-presidente do Banco Central, ex-ministro e ex-secretário da Fazenda de São Paulo Henrique Meirelles declarou voto no candidato do PSDB ao governo de São Paulo, Rodrigo Garcia. "É sério, trabalhador e conhece o Estado", disse ele, durante entrevista concedida ao programa Roda Viva, na noite de segunda-feira (26), na TV Cultura.

"Tive uma experiência de trabalho com um governo que eu reputo extremamente positivo. Tivemos que tomar medidas difíceis. Fizemos uma reforma administrativa, que desagradou alguns setores empresariais. Também tiramos benefícios de alguns servidores públicos, aquela camada que ganhava mais", disse Meirelles sobre a experiência que teve no governo paulista. Além disso, destacou o programa com oito mil obras e elogiou a conduta do candidato tucano: "a minha experiência de trabalho com o Rodrigo Garcia foi muito boa, foi uma experiência extremamente boa." Na entrevista, Meirelles explicou porque vota em Lula para presidente da República e em Rodrigo para governador de São Paulo.

Eleições 2022: TSE manda excluir posts com falso áudio de Lula sobre Palocci

O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mandou excluir, segunda-feira, 26, uma série de publicações com áudio falso do presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que sugere que o petista queria assassinar Antônio Palocci, ex-ministro da Casa Civil no governo Lula. As publicações suspensas estão no Twitter, Facebook, YouTube, TikTok, Kwai e Gettr, além de sites de apoiadores do presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL).

Governo e prefeituras de SP pagaram R$ 21,2 bi a entidades do Terceiro Setor

Levantamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) mostra que, entre janeiro e setembro de 2022, o governo e as prefeituras paulistas, exceto a da capital, destinaram R$ 21,28 bilhões a 12.414 entidades do Terceiro Setor. Do total, R$ 10,05 bilhões correspondem a repasses estaduais e R$ 11,23 bilhões a transferências municipais.

O setor que mais recebeu recursos foi a Saúde, com R$ R$ 17.334 214.610,72, ou 81,4% do montante. Em segundo lugar, a Educação consumiu R$ 2.020.917.741,12 - um percentual de 9,5% do total de transferências. As entidades de assistência social aparecem na terceira colocação, tendo recebido repasses da ordem de R$ 1.037 515.014,61, ou 4,9% dos valores, e de Cultura em quinto lugar, com R$ 511.172.435,38, ou 2,4% do todo.

Ranking - Cinco Organizações da Sociedade Civil (OSC) que prestam serviços, sobretudo, na área da Saúde foram responsáveis pelo recebimento de 26% dos valores repassados ao Terceiro Setor, o que equivale a R$ 5,52 bilhões.

Veja a lista das entidades que mais receberam recursos dos municípios e do Estado em 2022:

- SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (R$ 1,88 bilhões);
- Fundação do ABC (R$ 1,73 bilhão);
- Fundação Faculdade de Medicina (R$ 0,75 bilhão);
- Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP (R$ 0,65 bilhão);
- Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim (R$ 0,51 bilhão)

Municípios - Levando em consideração apenas os repasses estaduais, os cinco municípios que mais receberam valores por habitante foram Chavantes, com R$ 3.575/habitante; Jaci, com R$ 3.087/habitante; Barretos, com R$ 2.473/habitante; Registro, com R$ 1 854/habitante; e Bilac, com R$ 1.317/habitante.

Em 'superlive', Lula reforça discurso de combate ao ódio e apela pelo voto útil

No discurso final da "superlive" que teve duração de mais de 4 horas, o candidato à Presidência pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma fala reforçando a necessidade de unir forças para combater o ódio e vencer o "inimigo comum" já no primeiro turno. A estratégia da campanha é, justamente, recorrer à ideia de preservar a democracia e os direitos da população como forma de atrair os indecisos e eleitores dos adversários, sem entrar em uma "guerra aberta" de esvaziamento de candidaturas como de Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB).

Com apelo à pauta democrática, o ex-presidente afirmou que nestes poucos dias até as eleições, marcadas para o dia 2 de outubro, "é preciso trabalhar para conquistar os votos". "Daqueles que amam a democracia. Digo sempre que a democracia não é um pacto de silêncio, ela é ruidosa, ela é barulhenta. Porque nela ecoa muitas vozes, e é em defesa da democracia que tantas vozes estão hoje aqui reunidas nesse palco", enfatizou. "Estamos há um passo da vitória em 2 de outubro. Falta um tiquinho, só um tiquinho".

Ele minimizou, sem mencionar os adversários, as críticas que enfrenta por realizar supostamente uma "ofensiva" para atrair os eleitores de outros candidatos.

PUBLICIDADE LEGAL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA - FUMES

COMUNICADO: LEILÃO PRESENCIAL, tipo MAIOR LANÇE OU OFERTA por lote - nº 1/2022, Processo nº 55/2022, que objetiva a alienação de aproximadamente 4.000 quilos de sucata de mobiliário, equipamentos e material ferroso.**RETIFICAÇÃO da Cláusula VI. DA ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA. Onde se lê:** Os envelopes 01 e 02 proposta e documentação habilitatoria deverão ser entregues na Av. Monte Carmelo, 800, Bairro Fragata, Marília/SP, CEP 17519-030, no Setor de Expediente e Protocolo - Fumes, **até o dia 13/10/2022 ás 09:00 horas**, data e horário em que os mesmos serão abertos. **Leia-se:** Os envelopes 01 e 02 proposta e documentação habilitatoria deverão ser entregues na Av. Monte Carmelo, 800, Bairro Fragata, Marília/SP, CEP 17519-030, no Setor de Expediente e Protocolo - Fumes, **até o dia 11/10/2022 ás 09:00 horas**, data e horário em que os mesmos serão abertos. Demais informações e aquisição do Edital completo poderão ser obtidos pelo fone (14) 3311-2986 - (14) 3311-2797, e-mail fmesm@marilia.sp.gov.br, ou no site:http://fumes.sp.gov.br/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

CARTA CONVITE N.º 011/22 – Objeto: contratação de empresa especializada para a realização de serviços técnicos profissionais e elaboração de Plano Estratégico para o desenvolvimento da política de mobilidade urbana de Campo Limpo Paulista, com foco no transporte público coletivo, conforme descritivo do ANEXO I - Termo de Referência, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Gestão Pública. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: até o dia 06/10/2022 às 10:00h e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: dia 06/10/2022 às 10:00h. A retirada do Edital poderá ser feita pelo site www.campolimpopaulista.sp.gov.br – no link licitações, solicitado por e-mail nos endereços pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda na Diretoria de Administração, situada na Av. Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro – Campo Limpo Paulista, das 11:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

FAUSTO LUÍS ALVES
Secretário de Gestão Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/22 – Objeto: aquisição de tatames e colchonetes para atender as demandas das creches do município, conforme descritivo do anexo I deste edital, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **14:00 horas do dia 29/09/22 até às 14:00 horas do dia 13/10/22.** Abertura de Propostas Iniciais**: 13/10/22 às 14:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

VINICIUS PASSARIN NEVES
Secretária Municipal de Educação

Thiago Brennand desobedece ordem judicial e não entrega passaporte

O empresário Thiago Antonio Brennand Tavares da Silva Fernandes Vieira, acusado por ao menos dez mulheres dos crimes de lesão corporal, ameaça, estupro e cárcere privado, descumpriu a determinação da Justiça de que entregasse seu passaporte em cartório até a última sexta-feira, 23. No último dia 4 ele viajou a Dubai e, até este momento, seu paradeiro é desconhecido

A informação de que ele não comunicou o retorno ao país foi confirmada pela advogada Gabriela Manssur nas suas redes sociais na manhã desta segunda-feira, 26. Ela, que atua acompanhando as vítimas por meio do projeto Justiceiras, confirmou ter solicitado a prisão preventiva de Brennand e que o processo deve ser encaminhado ao Ministério Público para manifestação a respeito desse pedido.

O empresário ganhou as páginas dos noticiários depois de ser flagrado por câmeras de segurança agredindo a modelo Helena Gomes em uma academia dentro de um shopping center em São Paulo. O caso foi revelado pelo programa Fantástico, da TV Globo. Desde então, várias outras mulheres sentiram-se encorajadas a denunciar Brennand por crimes dos quais foram vítimas.

A possibilidade de decretação da preventiva do empresário já fora apontada na decisão que determinava seu retorno ao Brasil. A ordem, assinada pela juíza Érika Soares de Azevedo Mascarenhas, da 6ª Vara Criminal de São Paulo, obriga Brennand a se apresentar em juízo todos os meses, pedir autorização para sair do país e veda que ele frequente quaisquer academias em todo o território nacional. A assessoria de imprensa do MP disse ao Estadão que não pode repassar informações mais detalhadas do caso por causa do segredo de justiça. Contudo, até a publicação desta reportagem, não havia ordem prisional em nome de Brennand no site do Banco Nacional de Mandados de Prisão.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

Housi S.A.

(anteriormente denominada Vitacon 39 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.)

CNPJ nº 15.675.715/0001-11

Demonstrações Financeiras - Períodos de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da diretoria: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2020, sendo que a íntegra dos documentos, incluindo as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e publicadas na página deste jornal na internet. A Housi S.A. (anteriormente denominada Vitacon 39 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.), engloba as atividades relativas ao desenvolvimento, locação e venda de propriedades e a prestação de serviços para locatários e locadores. Como parte da estratégia da Companhia, no ano de 2020 ela foi transformada em sociedade por ações, passando a configurar como empresa Controladora de um novo grupo econômico. **Patrimônio líquido e resultado:** A reorganização societária envolveu a incorporação de 100% das cotas da Amoreira Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Diamante Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., Tanzanita Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., Amarilis Desenvolvimento Imobiliário Ltda. e Pedra Negra Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda - denominadas "SPEs Fase 1". Foram transferidas para a Housi S.A. por meio de um ato de contribuição de participação societária e aumento de capital realizado pela acionista Vitacon Participações S.A. no valor de R$ 27.837, com emissão de 27.836.899 quotas. O processo foi concluído em 31 de dezembro de 2020. Como resultado desta fusão, a companhia terminou o período com um total de R$ 30.557 de patrimônio líquido consolidado, frente aos R$ 18.531 apurados ao fim do exercício de 31.12.2019, ou seja, um aumento de R$ 12.026 no patrimônio líquido da companhia. **Ativos e Passivos:** Em 31.12 2020, os ativos totais consolidados atingiram R$ 55.127, compostos por imóveis a comercializar, provenientes da reorganização societária das "SPEs fase 1", no valor de R$ 55.042. Frente ao valor contabilizado em 31.12. 2019 (R$ 4.079), houve um significativo aumento, de R$ 50.963. Em 31.12. 2020, os passivos totais atingiram R$ 24.571, composto principalmente por partes relacionadas, no valor de R$ 19.633, consistindo em transações para a Vitacon Investimentos e para a Vitacon Participações. Ainda, durante o exercício de 2020 não ocorreram pagamentos a administradores. O total de passivos em 31.12.2020 era de R$ 2.759, ou seja, uma redução de R$ 21.812. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 27/09/2022. A Diretoria.

Balanços patrimoniais

Ativos	Nota	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	**44**	65	**60**
Contas a receber de clientes	-	**-**	502	**-**
Imóveis a comercializar	5	**6.745**	4.079	**55.042**
Impostos a recuperar		**6**	6	**6**
Total dos ativos circulantes		**6.795**	4.652	**55.108**
Não circulantes				
Outras contas a receber		**19**	-	**19**
Investimentos LP	6	**25.161**	-	**-**
Partes relacionadas	7	**-**	14.470	**-**
Propriedades para uso de investimentos LP		**-**	2.168	**-**
Total dos ativos não circulantes		**25.180**	16.638	**19**
Total dos ativos		**31.975**	21.290	**55.127**

Passivos e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
Circulantes				
Fornecedores		**375**	6	**683**
Impostos, taxas e contribuições a recolher		**26**	8	**79**
Adiantamento de clientes e permutas físicas	8	**-**	-	**3.600**
Impostos diferidos Passivos CP		**-**	31	**-**
Provisão para garantia de obra	9	**37**	37	**37**
Distratos a pagar		**49**	1.745	**49**
Outras contas a pagar		**377**	368	**378**
Total dos passivos circulantes		**864**	2.195	**4.826**
Não circulantes				
Impostos diferidos Passivos LP		**-**	452	**-**
Partes relacionadas	7	**442**	-	**19.633**
Provisão garantia de obra LP	9	**112**	112	**112**
Total dos passivos não circulantes		**554**	564	**19.745**
Patrimônio líquido				
Capital social	10.1	**27.838**	1	**27.838**
Adiantamento para futuro aumento de capital		**-**	16.969	**-**
Reserva de lucros		**2.583**	1.561	**2.583**
Reserva legal		**136**		**136**
Total do patrimônio líquido		**30.557**	18.531	**30.557**
Total passivos e patrimônio líquido		**31.975**	21.290	**55.127**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 01/10/2020 a 31/12/2020	Controladora 01/01/2020 a 31/12/2020	Controladora 01/10/2019 a 31/12/2019	Controladora 01/01/2019 a 31/12/2019	Consolidado 01/10/2020 a 31/12/2020	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(292)**	**1.158**	2.538	303	(292)	1.158
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	**(292)**	**1.158**	2.538	303	(292)	1.158

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 01/10/2020 a 31/12/2020	Controladora 01/01/2020 a 31/12/2020	Controladora 01/10/2019 a 31/12/2019	Controladora 01/01/2019 a 31/12/2019	Consolidado 01/10/2020 a 31/12/2020	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020
Receita líquida	11	**-**	**1.042**	(548)	1.949	-	1.042
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	12	**(5)**	**460**	2.325	(2.390)	(5)	460
Lucro / (prejuízo) bruto		**(5)**	**1.502**	1.777	(441)	(5)	1.502
(Despesas) Receitas operacionais							
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento		-	-	1.333	1.333	-	-
Comerciais	-	**(11)**	**(15)**	(1)	(6)	(31)	(43)
Gerais e administrativas	-	**(694)**	**(831)**	(63)	(263)	(698)	(845)
Resultado com equivalência patrimonial		**(32)**	**(58)**	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**-**	**58**	-	321	5	63
		(737)	**(846)**	1.269	1.385	(724)	(825)
Lucro / (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(746)**	**656**	3.046	944	(729)	677
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		**-**	**-**	-	1	-	-
Outras receitas financeiras		**-**	**-**	-	-	-	-
Despesas financeiras		**(2)**	**(3)**	-	(3)	-	-
Outras despesas financeiras		**(2)**	**(4)**	(2)	(181)	(18)	(25)
Juros sobre empréstimos financeiros		**-**	**-**	-	(4)	-	-
Lucro / (prejuízo) operacional antes do IR e da CS		**(746)**	**652**	3.044	757	(747)	652
Imposto de renda e contribuição social							
Imposto de renda e contribuição social - corrente		**(1)**	**37**	89	(1)	(1)	37
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		**455**	**469**	(417)	(453)	455	469
		454	**506**	(506)	(454)	455	506
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		**(292)**	**1.158**	2.538	303	(292)	1.158

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**1**	**9.997**	**-**	**1.258**	**11.256**
Lucro no exercício	-	-	-	303	303
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.972	-	-	6.972
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1**	**16.969**	**-**	**1.561**	**18.531**
Lucro líquido do período	**-**	**-**		**1.158**	**1.158**
Compensação do adiantamento para futuro aumento de capital com outras contas correntes com partes relacionadas	**-**	**-**		**(14.351)**	**(14.351)**
Reserva legal	**-**	**-**	**136**	**(136)**	**-**
Aumento de capital	**25.219**	**-**	**-**	**-**	**25.219**
Integralização de capital com a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital	**2.618**	**(2.618)**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**27.838**	**-**	**136**	**2.583**	**30.557**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
Receitas			
Receita de vendas de imóveis	**1.063**	2.022	**1.063**
Variação do valor justo de propriedades para investimento	**-**	1.333	**-**
Outros	**-**	248	**-**
Total	**1.063**	3.603	**1.063**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	**460**	(2.390)	**460**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(846)**	(126)	**(888)**
Outros	**58**	-	**63**
Total	**(328)**	(2.516)	**(365)**
Valor adicionado bruto	**735**	1.087	**698**
Valor (consumido) adicionado líquido produzido pela sociedade	**735**	1.087	**698**
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado equivalência patrimonial	**(58)**	-	**-**
Receitas financeiras	**-**	(8)	**-**
	(58)	(8)	**-**
Valor adicionado total a distribuir	**677**	1.079	**698**
Distribuição do valor adicionado	**677**	1.079	**698**
Impostos, taxas e contribuições	**(35)**	532	**(32)**
Aluguéis	**-**	56	**-**
Despesas financeiras	**7**	188	**25**
Lucros retidos no exercício	**705**	303	**705**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido / (prejuízo) do período	**1.158**	303	1.158
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	**58**	-	-
Provisão para riscos		(37)	
Provisão para distratos	**(1.696)**	419	(1.696)
Constituição provisão para garantia		93	
Ajuste ao valor justo das propriedades de investimentos		(1.333)	
Impostos diferidos	**(483)**	-	(483)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	**502**	1.095	502
Imóveis a comercializar	**(498)**	1.862	(45.195)
Outros ativos	**(19)**	(225)	(19)
Aumento (redução) passivos operacionais:			
Fornecedores	**369**	3	677
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**18**	(58)	71
Outros passivos	**10**	(227)	12
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(582)**	1.895	(44.974)
Fluxo de caixa atividades de investimento			
Aumento/redução de capital	2.618	-	27.835
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**2.618**	-	**27.835**
Fluxo de caixa atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**-**	(10.298)	-
Partes relacionadas	**14.912**	-	34.103
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(16.969)**	6.972	(16.969)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(2.057)**	(3.326)	17.134
Aumento/(redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(21)**	(1.431)	(5)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**65**	1.496	65
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**44**	65	60
Aumento/(redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(21)**	(1.431)	(5)

A Diretoria

Contador: David Rodrigues Lopes - CRC: 1SP-269786/O-5

Satus Ager Brasil - Serviços Agropecuários S.A.

CNPJ/MF nº 19.371.553/0001-89

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimoniais de 30 de junho de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 30/06/2022	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	5	20.298	9.660	23.392	22.960
Contas a receber	6	3.966	857	44.620	46.415
Estoques:	-	-	-	-	-
Custos de serviços a faturas	7.a	-	-	8.259	6.766
Estoque de almoxarifado	7.b	-	-	4.335	1.610
Produto agrícola	7.c	26.924	12.034	26.924	12.034
Ativo biológico	8	76.916	40.324	76.916	40.324
Adiantamento a fornecedores	9	971	1.047	1.827	1.467
Impostos a recuperar	-	180	174	3.026	381
Despesas antecipadas	-	17	9	706	661
Outros ativos	-	-	-	88	26
Total do ativo circulante		**129.272**	**64.105**	**190.093**	**132.644**
Ativo não circulante					
Realizável em longo prazo					
Títulos e valores mobiliários		100	-	100	-
Depósito restrito		-	-	5.009	4.394
Partes relacionadas	18	43.275	9.619	-	-
Investimentos	10	155.184	129.459	-	-
Imobilizado	11	5.256	2.986	223.987	220.490
Intangível	12	7	-	59.084	58.208
Total do ativo não circulante		**203.822**	**142.064**	**288.180**	**283.092**
Total do ativo		**333.094**	**206.169**	**478.273**	**415.736**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 30/06/2022	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	25.436	7.641	41.233	37.452
Fornecedores e Outras contas a pagar	14	5.258	2.000	37.872	15.239
Obrigações trabalhistas	15	526	661	7.379	5.608
Obrigações tributárias	16	702	171	4.490	2.424
Adiantamento de clientes	19	22.308	8.370	22.308	8.407
Dividendos a pagar	-	-	-	85	497
Arrendamentos a pagar	20	-	6.170	-	6.170
Total do passivo circulante		**54.230**	**25.013**	**113.367**	**75.797**
Patrimônio Líquido	21				
Capital social		157.216	150.895	157.216	150.895
Reserva de capital		15.989	-	15.989	-
Reserva legal		2.960	622	2.960	622
Reserva avaliação patrimonial		-	1.397	-	1.397
Reserva de lucros		67.272	23.043	67.272	23.043
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		**-**	**-**	**243.437**	**175.957**
Participação de não controladores		**-**	**-**	**17**	**15.972**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	82.703	91.309
Passivo fiscal diferido	17	2.714	1.426	13.025	12.269
Provisão para contingências	28	-	-	13	27
Fornecedores e Outras contas a pagar	14	-	-	25.711	44.405
Partes relacionadas	18	32.713	3.773	-	-
Total do passivo não circulante		**35.427**	**5.199**	**121.452**	**148.010**
Total do patrimônio líquido		**243.437**	**175.957**	**243.454**	**191.929**
Total do passivo e patrimônio líquido		**333.094**	**206.169**	**478.273**	**415.736**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

Demonstrações de Resultado para os Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora 30/06/2022	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
Receita federal	22	80.115	42.314	227.982	141.924
Variação do valor justo do ativo biológico e produto agrícola	8	18.340	7.461	18.340	7.461
Custos dos serviços prestados	23	(52.217)	(26.497)	(118.886)	(79.791)
Lucro bruto		**46.238**	**23.278**	**127.436**	**69.594**
Despesas gerais e administrativas	23	(667)	(2.806)	(33.522)	(23.298)
Outras despesas (receitas) operacionais	24	(8.422)	(10.150)	(3.900)	(7.353)
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas e impostos		**37.149**	**10.322**	**90.014**	**38.943**
Receitas Financeiras	25	625	58	1.342	3.187
Despesas Financeiras	25	(2.476)	(435)	(21.443)	(15.718)
Variação Cambial	25	357	713	381	(2.305)
Despesas (receitas) financeiras líquidas		**(1.494)**	**336**	**(19.720)**	**(14.836)**
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	10	19.583	6.821	-	-
Perda com distribuição desproporcional e dividendos	10	(4.429)	(3.419)	(4.429)	(3.419)
Resultado antes dos impostos		50.809	14.060	65.865	20.688
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2.764)	(1.336)	(9.149)	(6.185)
Impostos de renda e contribuição social diferido	17	(1.288)	(282)	(757)	262
Resultado do exercício		**46.757**	**12.442**	**55.959**	**14.765**
Resultado do período atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	46.757	12.442
Acionistas não controladores	-	-	-	9.202	2.323
Resultado do exercício		**-**	**-**	**55.959**	**14.765**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de capital	Reserva Legal	Total	Não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 01 de julho de 2020		150.895	11.223	1.397	-	-	163.515	14.839	178.354
Lucro líquido do exercício	-	-	12.442	-	-	-	12.442	2.323	14.765
Constituição reserva legal	-	-	(622)	-	-	622	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.190)	(1.190)
Saldos em 30 de junho de 2021		150.895	23.043,00	1.397	-	622	175.957	15.972	191.929
Aumento do capital social	-	6.321	-	-	-	-	6.321	-	6.321
Lucro líquido do exercício	-	-	46.757	-	-	-	46.757	(15.955)	30.802
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.397	(1.397)	-	-	-	-	-
Constituição reserva legal	-	-	(2.338)	-	-	2.338	-	-	-
Alteração de participação de não controladores	-	-	-	-	15.989	-	15.989	-	15.989
Distribuição de dividendos	-	-	(1.587)	-	-	-	(1.587)	-	(1.587)
Saldos em 30 de junho de 2022		157.216	67.272	-	15.989	2.960	243.437	17	243.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

Demonstrações de resultados abrangentes para os Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora 30/06/2022	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
Resultado do exercício	**46.757**	**12.442**	**55.959**	**14.765**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**46.757**	**12.442**	**55.959.**	**14.765**
Resultado abrangente atribuídos aos:				
Acionistas controladores	-	-	46.757	12.442
Acionistas não controladores	-	-	9.202	2.323
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**55.959**	**14.765**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2021

	Controladora 30/06/2022	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
Resultado do período	46.757	12.442	55.959	14.765
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	10.498	10.284	26.511	24.522
Tributos deferidos	1.288	282	756	(262)
Resultado de equivalência patrimonial	(19.583)	(6.821)	-	-
Perda com Distribuição desproporcional de dividendos	4.429	3.419	4.429	3.419
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	3.489
Variação valor justo ativo biológico e produtos agrícola	(18.340)	(7.461)	(18.340)	(7.461)
Diminuição devido à colheita	39.237	37.140	39.237	37.140
Valor líquido do imobilizado baixado	-	-	(205)	
Provisão para contingências	-	-	1	-
Juros reconhecidos	1.504	-	10.943	11.527
Ágio deságio em transição de capital	15.989	-	12.888	-
	81.779	**49.285**	**132.179**	**87.139**
Variação dos ativos e passivos				
Contas a receber	(3.109)	(857)	(11.208)	(4.040)
Custos dos serviços a faturar	-	-	(1.933)	(3.814)
Estoque almoxarifado	-	-	(2.285)	(203)
Produto Agrícola	(25.127)	(6.764)	(25.127)	(6.764)
Ativo Biológico	(65.592)	(38.133)	(65.592)	(38.133)
Adiantamento a fornecedores	76	(939)	(3.127)	1.030
Impostos a recuperar	(6)	(75)	(2.645)	151
Outros ativos	(10)	(3)	(109)	(415)
Contas a pagar	3.151	1.348	6.871	33.439
Obrigações trabalhistas e encargos	(135)	335	1.770	1.807
Impostos a pagar	531	82	2.066	(405)
Adiantamento de clientes	13.938	2.645	13.901	2.602
Arrendamento a pagar	(6.170)	1.812	(6.170)	1.812
Juros pagos	(404)	-	(1.228)	(473)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(1.078)**	**8.736**	**37.363**	**73.733**
Depósito restrito	100	-	(615)	-
Investimento em controladas	(1.222)	-	(2.372)	(13.582)
Aquisição de intangível	(2)	-	(2)	(134)
Aquisição de imobilizado	(3.982)	(1.819)	(19.641)	(64.077)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(5.106)**	**(1.819)**	**(22.630)**	**(77.793)**
Partes relacionadas	(4.609)	(616)	-	138
Integralização de capital	6.321	-	9.842	-
Captação de empréstimos	25.000	.	35.000	89.930
Pagamento empréstimos e financiamentos	(8.303	(2.929)	(49.537)	(69.107)
Pagamento de dividendos	(1.587)	-	(9.606)	(1.190)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	**16.822**	**(3.545)**	**(14.301)**	**19.771**
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**10.638**	**3.372**	**432**	**15.711**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**9.660**	**6.288**	**22.960**	**7.249**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**20.298**	**9.660**	**23.392**	**22.960**
	10.638	**3.372**	**432**	**15.711**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

Diretoria

Estanislado Corral - Diretor Executivo | **Paulo Cesar Lopes Pinheiro** - Diretor Presidente | **Lucas Juliam da Silva** - CRC SP-308583/O-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

COMUNICADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2022 - PROCESSO Nº 87229/2022

A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, Torna Público a SUSPENSÃO SINE DIE da entrega dos envelopes referentes à realização da sessão pública cujo objeto é SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA FIRMAR CONTRATO DE GESTÃO PARA GERENCIAR, OPERACIONALIZAR E EXECUTAR AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: PRONTO-SOCORRO MUNICIPAL "AIDA VANZO DOLCE", CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA E TRANSPORTE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, EM REGIME DE 24 HORAS/DIA, E OUTROS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA QUE VIEREM A SER IMPLANTADOS, QUE ASSEGURE ASSISTÊNCIA UNIVERSAL E GRATUITA À POPULAÇÃO, BEM COMO QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA, que ocorreria no dia 10/11/2022 às 09h00min, para retificação do edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Araçatuba, 27 de setembro de 2022.

CARMEM SILVIA GUARIENTE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMADA PÚBLICA SMDA Nº 009/2022 - PROCESSO Nº 87.775/2022

EDITAL DE JULGAMENTO

Após análise, a COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APRESENTADAS na Chamada Pública SMDA nº 009/2022, referente à AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIARES, PARA DOAÇÃO À PESSOAS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, ATENDIDAS PELO PROGRAMA ALIMENTA BRASIL, nomeada através da Portaria GP nº 222 de 26 de Setembro de 2022, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados que será publicado no Diário Oficial do Município e no Site do Município, o resultado da análise dos documentos apresentados, ou seja a lista de todos os produtores habilitados para o fornecimento de alimentos imediato após a aprovação do Ministério da Cidadania .

Comunica ainda que fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias, contados a partir desta publicação para contestação.

Quaisquer duvidas poderão ser dirimidas pelo telefone (18) 3636-1280 ou pelo correio eletrônico fomezero.ata@gmail.com.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL

ARAÇATUBA, 27 de Setembro de 2022.

Arnaldo dos Santos Vieira Filho - Respondendo como Secretário Municipal da SMDA

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ n° 57.522.468/0001-63

AVISOS DE LICITAÇÃO

UASG 926639 - Processo de Compra n° 303/2022 - Edital n° 59/2022 - Pregão Eletrônico n° 53/2022 (Reabertura) - Objeto: Aquisição de materiais para atividades de artes. Início da sessão: 14/10/2022, às 8h00. Processo de Compra n° 306/2022 - Edital n° 60/2022 - Pregão Eletrônico n° 54/2022 (3ª Abertura) - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de Medicina e Segurança do Trabalho e de Assessoria na elaboração, coordenação e execução do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), na realização de exames complementares e na gestão de absenteísmo médico, pelo período de 12 meses. Início da sessão: 11/10/2022. Ambas no horário de Brasília - DF, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. Os Editais, contendo as condições de participação e informações sobre os processos licitatórios estão disponíveis nos sites www.gov.br/compras e www.fundhas.org.br, ou na Divisão de Suprimentos - Setor de Licitações, na Rua Santarém, n° 560, Parque Industrial, São José dos Campos - SP, das 7h30 às 17h00, de 2ª a 6ª feira. SJCampos, 27 de setembro de 2022. George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO DIFERENCIADA

EDITAL Nº 193/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30.275/2022

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2022

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 19/10/2022 às 09:30 horas

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,33 (trinta e três centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 474 de 28 de dezembro de 2021.

Limeira, 27 de setembro de 2022

Departamento de Gestão de Suprimentos

Campovilla Escola Esportiva Ltda. - ME

NIRE 35.213.511.648 - CNPJ n.º 00.986.797/0001-48

alterada para: **Arena Belleti Franquia Vinhedo S/A**

Alteração de Contrato Social e Transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima de Capital Fechado

Danilo José Campovilla e Michele Barreto Carvalho, sócios da empresa limitada denominada Campovilla Escola Esportiva Ltda. – ME, com sede social à Rua Antonio Ferragut, 751, Vinhedo, Estado de São Paulo, registrada na JUCESP sob NIRE 35.213.511.648 e CNPJ n.º 00.986.797/0001-48, resolvem transformar a presente empresa, de sociedade empresária limitada em sociedade anônima, de capital fechado, bem como alterando a sua denominação para Arena Belletti Franquia Vinhedo S/A e as atuais 740.000 quotas serão transformadas em 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, cujo Estatuto social estava assim redigido: Art. 1.º - denominação: Arena Belletti Franquia Vinhedo S/A; Art. 2º – sede: Rua Antonio Ferragut, 751, Vinhedo, Estado de São Paulo; Art. 3º - A sociedade tem por objetivo social as atividades de lanchonete, comércio de artigos do vestuário, artigos esportivos, locação de quadras esportivas e ensino de esportes em escolas esportivas; Art. 5º. - O capital social é de R$ 740.000,00, representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas; Art. 7º- Diretoria composta de quatro membros, Diretor Presidente e três Diretores sem Designação, com mandato de três anos; Art. 10 - Competem aos Diretores, sempre em conjunto de dois membros administrar todos os negócios sociais; Art. 16 - A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social. Fora, eleitos os seguintes Diretores: Diretor Presidente: Juliano Haus Belletti e Diretores sem designação: Antonio de Pádua Barros Barbosa, Leandro Gueiros Marcondes e Nathalia Cristina Mattos de Moraes que tomaram posse nos respectivos cargos e declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade. A Assembleia foi encerrada e ata assinada por todos os subscritores. Vinhedo, 16 de setembro de 2019. (aa) Danilo José Campovilla, Michele Barreto Carvalho, Arena Belletti Franquias Ltda. - representada por Juliano Haus Belletti, TDP Projetos, Const., Consult. e Comércio Ltda. representada por Antonio de Pádua Barros Barbosa e Leandro Gueiros Marcondes. Registrada na JUCESP sob NIRE 35.300.543.921, em sessão de 30.10.2019.

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

Encontra-se aberta na Penitenciária Feminina Sant'Ana, a **CHAMADA PÚBLICA nº 04/2022-PFS** do Processo PFS nº SAP-PRC-2020/01149, para selecionar e habilitar Associações e/ou Cooperativas formadas exclusivamente por catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis de baixa renda, para a coleta de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis produzidos pela Penitenciária Feminina Sant'Ana. O edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no sítio eletrônico: http://www.imprensaoficial.com.br, ou poderá ser retirado na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária Feminina Sant'Ana, sito na Avenida General Ataliba Leonel, nº 656, Carandiru, CEP 02088-900, São Paulo/SP, mediante apresentação de PEN DRIVE. Os envelopes com as documentações necessárias também deverão ser apresentados no mesmo endereço no período de 28/09 à 11/10/2022 e serão recebidos das 09h00min as 11h30min e, das 13h30min às 16h00min, e no dia 13/10/2022 os envelopes com as documentações serão recebidos das 08h30min às 09h30min. A sessão de abertura dos envelopes será realizada no dia 13/10/2022 às 10 horas. Eventuais esclarecimentos poderão ser realizados através do telefone (11) 2979-2911- Ramal 203 ou 204.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL

Edital nº 192 de 27 de setembro de 2022.

Pregão Eletrônico nº 162/2022

Objeto: Registro de Preços de materiais gráficos para serem utilizados pela rede municipal de ensino pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação – Abertura da sessão: 11/10/2022 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização

Itaquaquecetuba, 27 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL RETIFICADO I

Edital nº 149 de 05 de agosto de 2022.

Concorrência Pública nº 10/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para infraestrutura urbana em diversas ruas neste Município – Abertura da sessão passa a ser: 31/10/2022 às 09:00 horas – O edital licitatório e anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, no horário das 9:00 às 17:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização

Itaquaquecetuba, 27 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2022, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILÔMETRO TIPO SUV 5 PASSAGEIROS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00h do dia 18/10/2022, onde ocorrerá o processamento do certame. Esclarecimentos somente através do e-mail: diretoria@camaraorlandia.sp.gov.br e assessoriaadministrativa@camaraorlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, na Câmara Municipal de Orlândia e no site www.camaraorlandia.sp.gov.br a partir do dia 28/10/2022. Orlândia, SP, 27 de Setembro de 2022. MURILO SANTIAGO SPADINI. Presidente da Câmara Municipal de Orlândia.

PUBLICIDADE LEGAL

Housi S.A.

CNPJ nº 15.675.715/0001-11

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

Relatório da diretoria: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2021, sendo que a íntegra dos documentos, incluindo as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e publicadas na página deste jornal na internet. A Housi S.A. (anteriormente denominada Vitacon 39 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.), engloba as atividades relativas ao desenvolvimento, locação e venda de propriedades e a prestação de serviços para locatários e locadores. Em 21.09.2021 a companhia passou por uma reorganização societária com a cisão parcial da companhia, de suas controladas (Pedra Negra, Diamante Desenvolvimento, Tanzanita, Diamante Amarelo e Amarilis) para a Vitacon Participações S.A. **Patrimônio líquido e resultado:** O acervo líquido cindido foi avaliado, com base na data de 30.06.2021, num total de R$ 57.665 de ativos referentes, principalmente, a imóveis em construção e contas a receber e em R$ 46.574 de passivos em adiantamento de clientes e créditos com partes relacionadas, implicando num acervo líquido de R$ 11.091. Dentro do acervo de controladas resta a Amoreira Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.("Projeto Amoreira"), constituída em 12.10.2018, que possui como principal atividade o desenvolvimento e locação de unidades residenciais, com participação direta de 100% da SPE. Como resultado desta cisão, a companhia terminou o período com um total de R$ 21.597 de patrimônio líquido, frente aos R$ 30.557 apurados ao fim do exercício de 31.12.2020, ou seja, uma redução de R$ 8.960 no patrimônio líquido da companhia. **Ativos e Passivos:** Em 31.12 2021, os ativos totais consolidados atingiram R$ 31.480, compostos por imóveis a comercializar, principalmente aos do Projeto Amoreira, no valor de R$ 31.112. Frente ao valor contabilizado em 31.12. 2020 (R$ 55.108), houve uma significativa redução, de R$ 23.924, resultado da cisão anunciada anteriormente. Em 31.12. 2021, os passivos totais atingiram R$ 9.883, composto por contas de fornecedores, no valor de R$ 1.162 e partes relacionadas, no valor de R$ 8.160, consistindo em transações para a Gestão Patrimonial e para a Vitacon Participações. Ainda, durante o exercício de 2021 não ocorreram pagamentos a administradores. O total de passivos em 31.12.2020 era de R$ 24.570, ou seja, uma redução de R$ 14.678. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 27/09/2022. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais

Ativos	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulantes	**6.816**	6.795	**31.184**	55.108
Caixa e equivalentes de caixa	**45**	44	**46**	60
Contas a receber de clientes	**26**	-	**26**	-
Imóveis a comercializar	**6.745**	6.745	**31.112**	55.042
Impostos a recuperar	-	6	-	6
Não circulantes	**18.837**	25.180	**296**	19
Outras contas a receber	**19**	19	**19**	19
Partes relacionadas	**277**	-	**277**	-
Investimentos LP	**18.541**	25.161	-	-
Total dos ativos	**25.653**	31.975	**31.480**	55.127

Passivos e patrimônio líquido	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulantes	**1.621**	864	**1.648**	4.825
Fornecedores	**1.135**	375	**1.162**	683
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**29**	26	**29**	79
Adiantamento de clientes e perm. físicas	-	-	-	3.600
Impostos diferidos Passivos CP	**1**	-	**1**	-
Provisão - garantia de obra	**37**	37	**37**	37
Distratos a pagar	**93**	49	**93**	49
Outras contas a pagar	**326**	377	**326**	377
Não circulantes	**2.435**	554	**8.235**	19.745
Partes relacionadas	**2.360**	442	**8.160**	19.633
Provisão para garantia de obra LP	**75**	112	**75**	112
Patrimônio líquido	**21.597**	30.557	**21.597**	30.557
Capital social	**16.747**	27.838	**16.747**	27.838
Reserva de lucros	**4.607**	2.583	**4.607**	2.583
Reserva legal	**243**	136	**243**	136
Total dos passivos e patri. líquido	**25.653**	31.975	**31.480**	55.127

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**2.131**	1.158	**2.131**	1.158
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrang. total do exerc.	**2.131**	1.158	**2.131**	1.158

Demonstrações dos Resultados

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita líquida	**693**	1.042	**20.864**	1.042
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	**(41)**	460	**(14.245)**	460
Lucro bruto	**652**	1.502	**6.619**	1.502
Comerciais	**(1)**	(15)	**(617)**	(43)
Gerais e administrativas	**(3.026)**	(831)	**(3.029)**	(845)
Resultado com equivalência patrimonial	**4.471**	(58)	-	-
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas	**49**	58	**48**	63
	1.493	(846)	**(3.598)**	(825)
Lucro operacional antes - resultado financeiro	**2.145**	656	**3.021**	677
Resultado financeiro, líquido				
Despesas financeiras	-	(4)	**(736)**	(25)
Lucro operacional antes do IR e da CS	**2.145**	652	**2.285**	652
IR e contribuição social				
IR e CS - corrente	**(13)**	37	**(153)**	37
IR e CS - diferidos	**(1)**	469	**(1)**	469
	(14)	506	**(154)**	506
Lucro líquido do exercício	**2.131**	1.158	**2.131**	1.158

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**2.131**	1.158	**2.131**	1.158
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	**(4.471)**	58	-	-
Provisão para riscos	**(149)**	(1.696)	**1**	(1.696)
Provisão para distratos	**44**	-	**44**	-
Impostos diferidos	**1**	(483)	**557**	(483)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	**(26)**	502	**(13.997)**	502
Impostos a recuperar	**6**	-	**6**	-
Imóveis a comercializar	-	(498)	**(18.901)**	(45.195)
Outros ativos	-	(19)	-	(19)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	**760**	369	**1.439**	677
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**3**	18	**(25)**	71
Adiantamento de clientes e permutas físicas e financeiras	-	-	**10.401**	-
Outras contas a pagar	**(52)**	9	**2.258**	11
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(1.753)**	(582)	**(16.086)**	(44.974)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Transferência de caixa cisão	-	-	**(863)**	-
Redução de capital	-	2.618	-	2.618
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	-	2.618	**(863)**	2.618
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	**2.030**	14.912	**(11.361)**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(277)**	(16.969)	**28.296**	(16.969)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**1.753**	(2.057)	**16.935**	42.351
Redução líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	(21)	**(14)**	(5)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	**45**	65	**60**	65
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	**45**	44	**46**	60
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	(21)	**(14)**	(5)

Demonstrações do Valor Adicionado

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas				
Receita de vendas de imóveis	**707**	1.063	**21.294**	1.063
Outros	**48**	-	**48**	-
Total	**755**	1.063	**21.342**	1.063
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos imóveis vendidos e serv. prestados	**(41)**	460	**(14.245)**	460
Materiais, energia, serv.s de terceiros e outros	**(3.027)**	(846)	**(3.647)**	(888)
Outros	-	58	-	63
Total	**(3.068)**	(328)	**(17.892)**	(365)
Valor adicionado bruto	**(2.313)**	735	**3.450**	698
Valor (consumido) adicionado líquido produzido pela Companhia	**(2.313)**	735	**3.450**	698
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado com equivalência patrimonial	**4.471**	(58)	-	-
Receitas financeiras	**1**	-	**5**	-
	4.472	(58)	**5**	-
Valor adicionado total a distribuir	**2.159**	677	**3.455**	698
Distribuição do valor adicionado	**2.159**	677	**3.455**	698
Impostos, taxas e contribuições	**28**	(485)	**584**	(485)
Despesas financeiras	-	4	**740**	25
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-
Lucros retidos no exercício	**2.131**	1.158	**2.131**	1.158

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	AFAC	Reserva legal	Reserva de Lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1	16.969	-	1.561	18.531
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.158	1.158
Aumento de capital	25.219	(14.351)	-	-	10.868
Reserva legal	-	-	136	(136)	-
Adiantamento - futuro aumento de capital	2.618	(2.618)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	27.838	-	136	2.583	30.557
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.131	2.131
Redução de capital	(11.091)	-	-	-	(11.091)
Reserva legal	-	-	107	(107)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.747	-	243	4.607	21.597

A Diretoria
Contador
David Rodrigues Lopes
CRC: 1SP-269786/O-5

A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa

TAURUS ASSET MANAGEMENT BRASIL S.A.

(em constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição, Realizada em 16/09/2022

Data, Horário e Local: Aos 16/09/2022, às 10h, na sede da Companhia, na Rua Gramado, 749, Jardim Serra Dourada, CEP.: 08597-590, cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo. **Presenças**: Presentes da totalidade dos acionistas subscritores, a saber: **(i) Ronaldo da Cunha Lemos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade (RG) n.º 16.802.281-3 SP/SSP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 079.490.988-48, residente e domiciliado na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Jorge Jahnel, 317, Condomínio Reserva da Serra, CEP: 13212-135 e **(ii) Talante Luma dos Santos Oliveira**, brasileira, solteira, jornalista, portadora da Cédula de Identidade (RG) n.º 45.607.936 SP/SSP e inscrita no CPF/ME sob o n.º 442.235.788-39, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iporanga, 250, Apartamento 67, Torre B, Living Privilege, Água Branca, CEP.: 05036-110. **Mesa**: Presidente: **Ronaldo da Cunha Lemos**; Secretária: **Talante Luma dos Santos Oliveira**. **Convocação e Instalação**: Os subscritores foram convocados por meio de comunicação particular, dispensadas outras formalidades tendo em vista a presença da totalidade dos subscritores, na forma do art. 124, § 4.º, da Lei n.º 6.404/76, ficando então instalada a presente assembleia geral. **Ordem do Dia**: A Assembleia Geral tem por objeto as seguintes matérias: (i) deliberar acerca da constituição da **Taurus Asset Management Brasil S.A.**, uma sociedade anônima brasileira a ser regida de acordo com as leis do Brasil, com sede na Rua Gramado, 749, Jardim Serra Dourada, CEP.: 08597-590, cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo (doravante, a "Companhia"); (ii) discutir, decidir e votar o estatuto da Companhia; (iii) nomear a diretoria da Companhia e fixar a sua remuneração; (iv) deliberar acerca do funcionamento do conselho fiscal da Companhia. **Considerações Preliminares**: O presidente verificou estar subscrita a totalidade das ações em que se divide o capital social da Companhia, em dinheiro, conforme os boletins de subscrição constantes do Anexo A e procedeu à leitura do recibo de depósito, no Banco do Brasil S.A., no montante de R$5.000,00 (cinco mil reais), correspondente à integralização de 10% (dez por cento) do preço de emissão das ações da Companhia, ficando também tal recibo anexo à presente ata na forma do Anexo B. **Deliberações:** Os subscritores deliberaram, à unanimidade e sem ressalvas: (i) aprovar o Estatuto Social da Companhia, o qual encontra-se apensado a presente como Anexo C e, rubricado pelas partes, passa a ser parte integrante da presente; (ii) declarar constituída a Companhia; (iii) eleger para a Diretoria da Companhia, na forma do artigo 10 do Estatuto Social, o Sr. **Ronaldo da Cunha Lemos**, já qualificado, que atuará como Diretor Presidente da Companhia e a Sra. **Talante Luma dos Santos Oliveira**, já qualificada, que atuará como Diretora sem designação específica da Companhia, ambos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025. Os Diretores declararam não estarem incursos em nenhum crime que os impeça de exercer as funções para as quais foram eleitos e serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados em livro de atas da diretoria no prazo legal. Ainda neste item da ordem do dia, fixaram os acionistas a remuneração dos Diretores em R$15.000,00 (quinze mil reais) por ano; e (iv) não instalar o Conselho Fiscal da Companhia e, por fim determinar à administração da Companhia que promova todos os atos necessários à sua constituição, notadamente o arquivamento e publicação de seus atos constitutivos. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 16 de setembro de 2022. **Mesa: Ronaldo da Cunha Lemos** - Presidente. **Talante Luma dos Santos Oliveira** - Secretária. **Acionistas: Ronaldo da Cunha Lemos, Talante Luma dos Santos Oliveira**. **Visto do Advogado:** André Luis Garbuglio - OAB/SP n.º 164.818. JUCESP/NIRE nº 3530060145-9 em 22/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Artigo 1.º** A Companhia é uma sociedade anônima que girará sob a denominação de **Taurus Asset Management Brasil S.A.** e será regida por este Estatuto Social e a legislação aplicável. **Artigo 2.º** A Companhia tem sede e foro na com sede Rua Gramado, 749, Jardim Serra Dourada, CEP.: 08597-590, cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo. **Artigo 3.º** A Companhia tem como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a participação no capital social de outras sociedades, seja como quotista, acionista ou em consórcio. **Artigo 4.º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 5.º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, até 31 de dezembro de 2023, é de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo único.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 6.º** Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral ordinariamente nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e competências as disposições legais aplicáveis e este estatuto social. **§ 1.º** A Assembleia Geral será presidida por um presidente escolhido pelos acionistas dentre os presentes, que deverá convidar outro dentre os presentes para atuar como secretário. **§ 2.º** Além das hipóteses previstas em lei, a Assembleia Geral poderá ser convocada por 2 (dois) diretores agindo em conjunto, mediante aviso com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, cujo aviso poderá ser dispensado com a presença de todos os acionistas. **Artigo 7.º** As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social, ressalvado o disposto no Artigo 8.º deste Estatuto e no parágrafo único a seguir. **Parágrafo único.** Na hipótese de ser aprovado acordo de acionistas, a Assembleia Geral observará o que a respeito dispuser referido acordo e não deverá reconhecer qualquer deliberação contrária às suas disposições. **Artigo 8.º** As seguintes deliberações ou matérias dependerão do voto afirmativo de acionistas reunidos em Assembleia Geral e representando a pelos menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital com direito a voto da Companhia: I - alteração deste estatuto social; II - resgate ou amortização de ações; III - destinação dos lucros e resultados da Companhia, distribuição a de dividendos, intermediários ou não, o pagamento de juros sobre capital próprio e alteração do dividendo obrigatório o previsto no Artigo 16; IV - alteração nas preferências, vantagens e condições das ações ou classes existentes ou a criação de nova classe de ações; V - emissão de debêntures ou de bônus de subscrição; VI - a transformação da Companhia; VII - qualquer decisão relacionada à fusão, incorporação ou cisão da Companhia; VIII - qualquer decisão relacionada à dissolução ou liquidação da Companhia; e IX - alienação ou oneração de quaisquer bens do ativo imobilizado da Companhia. **Artigo 9.º** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer momento pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) dos diretores designado Diretor Presidente e o outro Diretor sem designação específica. **§ 1.º** O mandato dos Diretores terá duração de 3 (três) anos, permitida a reeleição, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. **§ 2.º** No caso de vacância, a Assembleia Geral deverá se reunir em 15 (quinze) dias, contados da data em que o cargo foi declarado vago, para eleger um novo Diretor, que deverá completar o mandato do Diretor substituído. **Artigo 10.** Observadas as disposições deste Estatuto Social, os Diretores serão investidos de todos os poderes de gerência e administração da Companhia e poderão realizar quaisquer operações dentro do curso normal dos negócios da Companhia. **Parágrafo Único.** A Companhia não concederá avais, fianças ou quaisquer outras garantias em benefício de terceiro. A concessão de avais, fianças ou outras garantias pela Companhia em transações estranhas ao objeto social ou para garantir obrigações de seus acionistas é expressamente proibida e será nula de pleno direito. **Artigo 11.** A Companhia somente se vinculará mediante as assinaturas: (i) de quaisquer dos 2 (dois) Diretores, agindo isoladamente; ou (ii) de qualquer Diretor agindo em conjunto com um bastante procurador da Companhia, observados os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou (iii) de 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos nas respectivas procurações. **Artigo 12.** As procurações a serem emitidas pela Companhia serão sempre outorgadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo isoladamente, e estabelecerão os poderes do procurador e, salvo procurações para a representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, terão o prazo máximo de 1 (um) ano. **Artigo 13.** O Conselho Fiscal é um órgão não permanente e será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionista, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 14.** Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral na forma da legislação aplicável. **Artigo 15.** O Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei das Sociedades Anônimas. **Artigo 16.** O exercício social da Companhia encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantados um balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas de acordo com as disposições legais pertinentes. **§ 1.º** Após as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros, mediante proposta da Diretoria e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado. **§ 2.º** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. A Assembleia Geral poderá, no entanto, com o consentimento de todos os acionistas presentes, deliberar pela distribuição de um dividendo inferior ao mínimo acima referido, ou mesmo pela retenção da totalidade do lucro. **Artigo 17.** Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá preparar balanços intermediários e distribuir dividendos com base nos mesmos de acordo com as disposições legais aplicáveis. **Artigo 18.** A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá pagar juros remuneratórios sobre o capital próprio, observada a legislação aplicável. **Artigo 19.** A Companhia deverá entrar em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral deverá nomear o liquidante. De acordo com as disposições legais aplicáveis, o Conselho Fiscal deverá funcionar durante esse período. **Artigo 20.** Os Acionistas elegem o foro central da comarca de São Paulo, SP, para dirimir todas as questões, controvérsias e litígios relacionados ou decorrentes do presente estatuto social, com exclusão de todos os demais, por mais privilegiados que sejam. **Visto do Advogado:** André Luis Garbuglio - OAB/SP n.º 164.818.

ODOYÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 20.514.590/0001-88 - NIRE 35300540972

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODOYÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ODOYÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), sociedade anônima, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 20.514.590/0001-88, na qualidade de Emissora de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de sua 1ª (Primeira) Emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), vem, através do presente Edital de Convocação, convocar os titulares das Debêntures em circulação ("Debenturistas"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Odoyá Transmissora de Energia S.A.", celebrado entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas e agente fiduciário da Emissão, em 9 de novembro de 2017, conforme alterada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de outubro de 2022, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) aprovar a outorga de anuência prévia à Emissora para mudança do controle acionário da Emissora, em virtude da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") por, de um lado, Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Brasil Energia FIP"), atual acionista da Emissora, na qualidade de vendedor, e, de outro lado, Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 841, 5º andar, conjunto 51, CEP 04533-013, inscrita no CNPJ sob o nº 24.624.551/0001-94 ("Argo Energia") e Grupo Energía Bogotá S.A. ESP, pessoa jurídica devidamente constituída sob a lei colombiana, com sede na cidade de Bogotá, Colômbia, na Carrera 9, nº 73-44, inscrita no CNPJ sob o número 22.252.125/0001-41 ("GEB" e, em conjunto com a Argo Energia, as "Compradoras"), na qualidade de compradoras, por meio do qual, uma vez cumpridas determinadas condições suspensivas, as Compradoras, por meio da ARGEB Energia Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 841, 5º andar, conjunto 55, Itaim Bibi, CEP 04533-013, inscrita no CNPJ sob o nº. 47.680.198/0001-65 ("ARGEB"), veículo integralmente detido pelas Compradoras, adquirirão a totalidade das ações de emissão da Emissora e de outras subsidiárias do Brasil Energia FIP ("Operação"), de modo que a conclusão da Operação não seja considerada um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 4.1.2, alínea "xxix" da Escritura de Emissão; e (b) autorizar que o Agente Fiduciário pratique, em conjunto com a Emissora, todas as medidas e celebre todos e quaisquer documentos necessários à efetivação integral das deliberações tomadas no âmbito da Assembleia. No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Emissora propõe o pagamento de prêmio, em até 30 (trinta) dias úteis após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas ("Waiver Fee") a todos os Debenturistas, nos termos da mais recente Proposta de Administração divulgada pela Emissora até a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Informações Gerais: Documentos à Disposição dos Debenturistas: Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia constarão da Proposta da Administração a ser divulgada no website da Companhia (https://www.odoyatransmissora.com.br/) ("Proposta da Administração"), bem como podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu canal de relacionamento com investidores) (ri.odoya@quantumbrt.com) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br). Os Debenturistas serão considerados habilitados e poderão comparecer na Assembleia mediante apresentação dos seguintes documentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Os documentos para representação e participação Assembleia deverão ser encaminhados previamente por e-mail para ri.odoya@quantumbrt.com, preferencialmente com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo admitido até o horário da Assembleia, conforme Resolução 81. A Assembleia será realizada por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução 81, cujo acesso será disponibilizado pela Emissora aos Debenturistas que solicitarem participação previamente por e-mail para ri.odoya@quantumbrt.com, com, ao menos, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de realização da Assembleia, e tendo comprovado poderes para participação, na forma descrita neste edital. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância até 2 (dois) dias antes da realização da assembleia geral de Debenturistas. O modelo do documento para preenchimento e envio da instrução de voto a distância e as informações completas estão disponíveis por e-mail, de acordo com o seguinte contato: ri.odoya@quantumbrt.com. São Paulo, 28 de setembro de 2022. **ODOYÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 20.514.555/0001-69 - NIRE 35300535502

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), sociedade anônima, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 20.514.555/0001-69, na qualidade de Emissora de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de sua 1ª (Primeira) Emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), vem, através do presente Edital de Convocação, convocar os titulares das Debêntures em circulação ("Debenturistas"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Esperanza Transmissora de Energia S.A.", celebrado entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas e agente fiduciário da Emissão, em 9 de novembro de 2017, conforme alterada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de outubro de 2022, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) aprovar a outorga de anuência prévia à Emissora para mudança do controle acionário da Emissora, em virtude da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") por, de um lado, Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Brasil Energia FIP"), atual acionista da Emissora, na qualidade de vendedor, e, de outro lado, Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 841, 5º andar, conjunto 51, CEP 04533-013, inscrita no CNPJ sob o nº 24.624.551/0001-94 ("Argo Energia") e Grupo Energía Bogotá S.A. ESP, pessoa jurídica devidamente constituída sob a lei colombiana, com sede na cidade de Bogotá, Colômbia, na Carrera 9, nº 73-44, inscrita no CNPJ sob o número 22.252.125/0001-41 ("GEB" e, em conjunto com a Argo Energia, as "Compradoras"), na qualidade de compradoras, por meio do qual, uma vez cumpridas determinadas condições suspensivas, as Compradoras, por meio da ARGEB Energia Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 841, 5º andar, conjunto 55, Itaim Bibi, CEP 04533-013, inscrita no CNPJ sob o nº. 47.680.198/0001-65 ("ARGEB"), veículo integralmente detido pelas Compradoras, adquirirão a totalidade das ações de emissão da Emissora e de outras subsidiárias do Brasil Energia FIP ("Operação"), de modo que a conclusão da Operação não seja considerada um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 4.1.2, alínea "xxix" da Escritura de Emissão; e (b) autorizar que o Agente Fiduciário pratique, em conjunto com a Emissora, todas as medidas e celebre todos e quaisquer documentos necessários à efetivação integral das deliberações tomadas no âmbito da Assembleia. No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Emissora propõe o pagamento de prêmio, em até 30 (trinta) dias úteis após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas ("Waiver Fee") a todos os Debenturistas, nos termos da mais recente Proposta de Administração divulgada pela Emissora até a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Informações Gerais: Documentos à Disposição dos Debenturistas: Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia constarão da Proposta da Administração a ser divulgada no website da Companhia (https://www.esperanzatransmissora.com.br/) ("Proposta da Administração"), bem como podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu canal de relacionamento com investidores) (ri.esperanza@quantumbrt.com) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br). Os Debenturistas serão considerados habilitados e poderão comparecer na Assembleia mediante apresentação dos seguintes documentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Os documentos para representação e participação Assembleia deverão ser encaminhados previamente por e-mail para ri.esperanza@quantumbrt.com, preferencialmente com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo admitido até o horário da Assembleia, conforme Resolução 81. A Assembleia será realizada por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução 81, cujo acesso será disponibilizado pela Emissora aos Debenturistas que solicitarem participação previamente por e-mail para ri.esperanza@quantumbrt.com, com, ao menos, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de realização da Assembleia, e tendo comprovado poderes para participação, na forma descrita neste edital. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância até 2 (dois) dias antes da realização da assembleia geral de Debenturistas. O modelo do documento para preenchimento e envio da instrução de voto a distância e as informações completas estão disponíveis por e-mail, de acordo com o seguinte contato: ri.esperanza@quantumbrt.com. São Paulo, 28 de setembro de 2022. **ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acha aberto o pregão eletrônico abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3621.6022, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 14hs às 18hs sendo R$ 42,45 (quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. O edital também estará disponível sem custos, pelo site desta Municipalidade, **www.taubate.sp.gov.br**, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR **www.comprasbr.com.br**.

Pregão eletrônico Nº 385/22, que cuida da aquisição de 02 (duas) retroescavadeiras, conforme Decreto de Padronização 15.268/22, com encerramento dia **14.10.22 às 08h30**.

PMT, aos 27.09.2022.

JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

PREGÃO PRESENCIAL N. 028/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 6.803/2022 – COMUNICADO N. 001

A Prefeitura Municipal de Vinhedo, após a análise do questionamento realizado pela empresa Carretel Serviços de Comunicação, Produção e Projetos e solicitação de ajustes formulada pela Secretaria Municipal de Cultura, comunica as seguintes adequações no edital do Pregão Presencial n. 028/2022: No item 8.2.6.3 onde se exige a "certidão de Registro ou Inscrição da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da jurisdição da sede da licitante, com validade no presente exercício", também será aceita a Certidão de Registro ou Inscrição da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo" – CAU. No item 8.2.6.3 onde se lê "comprovando a impermeabilidade com grau de proteção **IP68** dos cordões de led blindado" leia-se "comprovando a impermeabilidade com grau de proteção **IP66** dos cordões de led blindado". E, por fim no item 8.2.6.4 onde se lê "a licitante deverá comprovar de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para assinatura do contrato, profissionais, **Engenheiro Civil e Engenheiro Elétrico**, devidamente registrados no CREA-SP" leia-se "a licitante deverá comprovar de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para assinatura do contrato, profissionais, **Engenheiro Civil ou Engenheiro Elétrico**, devidamente registrados no CREA-SP". Ficam mantidas as demais disposições constantes do edital, em especial, a data da sessão do pregão presencial.

Vinhedo, 27 de Setembro de 2022. Daiana Mara Espindola - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, nº 1400, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO 183/2022 (PMP 11838/2022)

Para "aquisição de equipamentos oftalmológicos para atender o cem (centro de especialidades médicas" com recebimento dos envelopes até dia 10/10/2022 às 08h00 e início da sessão às 08h30.

PREGÃO ELETRÔNICO 185/2022 (PMP 12090/2022)

Para "aquisição de materiais elétricos para iluminação natalina, para compor o projeto natalino 2022" com recebimento dos envelopes até dia 10/10/2022 às 14h00 e início da sessão às 14h30.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://bnc.org.br/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 082/22 – Objeto: aquisição de equipamentos para equipar estúdio de pilates da Secretaria Municipal de Educação/Estação Juventude, conforme descritivo do anexo I deste edital, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09:00 horas do dia 29/09/22 até às 09:00 horas do dia 13/10/22.** Abertura de Propostas Iniciais: **13/10/22 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

VINICIUS PASSARIN NEVES
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 084/22 – Objeto: a aquisição de 04 (quatro) motocicletas 0km (zero quilômetro), destinadas à Guarda Civil Municipal, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **14:00 horas do dia 29/09/22 até às 14:00 horas do dia 11/10/22.** Abertura de Propostas Iniciais: **11/10/22 às 14:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

RONALDO DOS SANTOS CAZELLI
Secretário Municipal Segurança Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS N.º 028/22 – Objeto: contratação de empresa para construção de alas para aduelas em passagem do Córrego Mãe Rosa – Rua Santo Antônio - Botujuru, conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária anexos ao Edital, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** até o dia 20/10/2022 às 10:00h e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: dia 20/10/2022 às 10:00h. A retirada do Edital poderá ser feita pelo site www.campolimpopaulista.sp.gov.br – no link licitações, solicitado por e-mail nos endereços pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda na Diretoria de Compras e Licitações, situada na Av. Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro – Campo Limpo Paulista, das 11:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

CIRILO DE ALEXANDRIA ALMEIDA
Secretário de Obras e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 083/22 – Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de equipamentos para o setor de resgate (192) da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritivo do anexo I deste edital, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09:00 horas do dia 30/09/22 até às 09:00 horas do dia 17/10/22.** Abertura de Propostas Iniciais: **17/10/22 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

ALYNNE SILVA SOUSA
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/22
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS PERMANENTES PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
(LOTE 02)

Considerando o retorno da análise das amostras e demais documentos pela Secretaria requisitante, designo para o dia 03 de outubro de 2022, as 10horas, no departamento de licitações e compras da Prefeitura de Leme.

Publique-se.

Leme, 27 de setembro de 2.022.
Ariane Raquel Zappacosta - Pregoeira

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676